

Relatório

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO DISTRITO FEDERAL

Pesquisa Qualitativa

População em situação de rua do Distrito Federal

Pesquisa Qualitativa

Brasília-DF, dezembro de 2022

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Paco Britto

Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior

Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Jeansley Lima

Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Renata Florentino de Faria Santos

Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Daienne Amaral Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabit

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/Codeplan

- Daienne Amaral Machado - Diretora

Coordenação Estudos e Pesquisas Qualitativas de Políticas Sociais- COPQL/DIPOS/Codeplan

- Tatiana Lemos Sandim - Coordenadora (até julho de 2022)
- Marcela Machado - Coordenadora

Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA Brasil

- Vinicius do Prado Monteiro - Oficial de programa (até julho de 2022)
- Pedro Cisalpino Pinheiro - Oficial de programa

Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedes

- André Luiz Trigueiro Santoro - Gerente do Serviço Especializado de Abordagem Social
- Adriana Pinheiro Carvalho - Especialista em Assistência Social - Psicóloga

Elaboração do estudo

- Alex Cordeiro - Consultor

Copidesque e Revisão

Matheus Viana de Figueiredo - Ascom

Editoração Eletrônica

Maurício Suda - Ascom

APRESENTAÇÃO

O estudo “População em Situação de Rua do Distrito Federal - Pesquisa Qualitativa” foi conduzido pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan) e elaborado em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA Brasil). A análise considera as trajetórias pessoais das pessoas em situação de rua quanto ao uso da rua como meio de moradia, sociabilidades e subsistência.

Todas as informações foram obtidas diretamente com as pessoas em situação de rua a partir do encontro com estas em calçadas, barracas improvisadas, praças, acampamentos temporários e permanentes nas vias públicas. Através de uma dinâmica cotidiana de trabalho, formação de grupos, troca de substâncias e objetos, o circuito – aqui compreendido como a extensão dos deslocamentos diários experienciados pela população de rua acompanhada pela pesquisa – é igualmente marcado por um movimento entre idas e vindas às casas de amigos e familiares, espaços e instituições públicas de atendimento especializado.

Nesse contexto, as doações de alimentos, dinheiro e objetos criam redes de solidariedade e maneiras particulares de vivenciar e conferir sentidos ao universo urbano que é tornado “habitável e familiar”. A pesquisa percorreu quatro Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal: Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia e Águas Claras. Nessa última RA, na qual foram realizadas entrevistas pontuais, não se operou a mesma dinâmica que nas demais, onde a coleta de dados nos espaços públicos foi realizada de forma intercalada.

A investigação parte de uma tentativa de compreensão mais aprofundada das relações sociais entre as pessoas e as instituições que as acolhem, também pensando como essas configuram, modificam e são constituídas pelas suas relações estabelecidas nesses espaços públicos. A pesquisa aplicou um questionário semiestruturado, dando prevalência à sensibilidade metodológica da observação participante, através da qual, levando em consideração a heterogeneidade da população de rua, foi possível compreender e dialogar com as diferentes realidades presentes no cotidiano das ruas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I: A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. Objetivos da pesquisa.....	9
1.2. Perspectiva teórica	9
2. METODOLOGIA	11
2.1. O trabalho de campo e o público-alvo.....	11
2.2. As entrevistas semiestruturadas e a observação participante	11

PARTE II: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

3. AS TRAJETÓRIAS DE RUA	13
3.1. Os diferentes perfis, origem e relatos de vida.....	13
3.2. Dinâmicas familiares, rupturas e continuidades.....	26
3.3. A construção dos territórios de rua.....	28
4. CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO: OS USOS DA RUA	32
4.1. Táticas nas escolhas e vivência nos espaços	32
4.2. Os recursos de subsistência e a bricolagem	36
4.3. Os acampamentos e o aspecto sazonal	39
4.4. A aquisição de renda em um campo de possibilidade.....	43
4.5. Trabalhar, manguear e pedir	47
5. REDES DE SOLIDARIEDADE: INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES	50
5.1. A teia de solidariedade	50
5.2. A circulação por redes de assistência.....	51
5.3. A relação com os serviços especializados.....	53

PARTE III: AS IMPLICAÇÕES DA PESQUISA

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	57
6.1. Algumas considerações analíticas	57
6.2. Perspectivas das pessoas em situação de rua.....	59
6.3. Implicações para o atendimento especializado	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

PARTE I

A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos da pesquisa

A presente etapa da pesquisa “População em Situação de Rua no Distrito Federal” produziu um levantamento de natureza qualitativa junto a essas pessoas em diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal. As trajetórias de rua foram analisadas a partir de seus relatos pessoais quanto ao tempo, convivência, circulação, modos próprios de utilização dos espaços públicos para atividades de trabalho, descanso, sociabilidades e moradia improvisada. Com roteiro de entrevista semiestruturada e observação participante, a investigação considerou a heterogeneidade da população de rua, dialogando com as diferentes categorias: acampados, catadores, andarilhos, trecheiros, entre outras.¹

Os dados qualitativos fornecem um conjunto particular e aprofundado sobre as trajetórias pessoais, do cotidiano nas ruas, da relação com os espaços públicos, das construções de territórios, redes de relações sociais e afetivas, conexões com instituições de atendimento especializado e famílias de origem. Quanto aos acampamentos, a pesquisa procura compreender sua dinâmica e sazonalidade. Nesse sentido, a pesquisa aprofundou o entendimento sobre o tema da habitação da rua a fim de contribuir para o aperfeiçoamento e ampliação das políticas públicas especializadas, como o Serviço de Abordagem Social (SEAS) e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

1.2. Perspectiva teórica

Este trabalho utiliza o termo “bricolagem” para falar das práticas de criar e reinventar novas formas de habitar. A utilização de tal termo conceitual se baseia nas análises de Kasper (2006), que abordou as construções criativas, a exemplo das moradias improvisadas por parte dos moradores de rua na região central da capital paulista. A discussão conceitual do habitar por meio da bricolagem é feita a partir de uma leitura de Lévi-Strauss, que entende “a bricolagem como modo de ação técnica dotado de regras próprias” (KASPER,

¹ Os acampados compreendem tanto as pessoas que são envolvidas de alguma forma com movimentos sociais de reivindicação de posse coletiva, urbanas e/ou rurais, assim como as que estão em outra lógica de relação com os espaços, tais como moradia temporária e aquisição de recursos de subsistência, ambas submetidas a uma sazonalidade. De modo semelhante, os catadores também não são homogêneos em sua definição, pois podem ter relação mais orgânica com cooperativas ou realizar de forma mais independente, a depender das estratégias pessoais para a aquisição de renda, a prática de coleta de materiais recicláveis. Os andarilhos são entendidos em campo pessoas que se movimentam entre diferentes espaços de uma mesma cidade ou em conexão entre cidades, caminhando constantemente a pé por vias urbanas e rurais, não necessariamente relacionado à lógica do trabalho. Os trecheiros são pessoas que vivem circulando de cidade em cidade atrás de emprego e formas de trabalho. Assim, pegam a estrada, entre caronas e caminhadas, dependendo das cidades, das distâncias, das vias de acesso, pegam o trecho e vivem na constante mobilidade entre cidades (MARTINEZ, 2011; CORDEIRO, 2018).

2006:125). Na sua ação nas ruas, a bricolagem é vista enquanto arte, criatividade, manipulação, invenção e reinvenção, no uso de diversos materiais possíveis, produzindo racionalmente meios possíveis de habitabilidade.

Olhar para o tema da habitação da rua requer também um olhar para a relação com a casa em diferentes contextos e sentidos, sob uma discussão conceitual do habitar no debate socioantropológico. Ao analisar o processo de bricolagem nas diferentes formas criativas de habitação junto a moradores de rua na região central de São Paulo, Kasper (2006) ressalta a possibilidade do habitar se constituir como uma questão fundamental na antropologia. Para tanto, o autor destaca que é necessário evitar os erros de relacionar o habitar com a casa e de defini-lo em termos de funções:

A bricolagem é um componente do habitar, este visto como processo de espacialização dos hábitos. (...) os moradores de rua, não tendo acesso aos meios comuns para criar e manter uma casa, inventavam, através da bricolagem, outros modos de habitar (KASPER, 2006:01).

Concordando com a abordagem de Kasper (2006), a proposta deste trabalho não é de forçar concepções, termos e conceitos teóricos em contextos empíricos, mas percebê-los nas narrativas, trilhando discursos e concepções de mundo. O intuito é perceber de que forma as categorias se apresentam em campo e como dão sentido à vida das pessoas, sob uma dinâmica criativa e infinita de produzir modos de (re)existir, de habitar, de viver.

Durante o processo de construção do tema da habitação da rua no Brasil, é possível perceber que a questão é fortemente marcada por dois polos distintos de análise: um centrado nas questões macrossociais e outro em dimensões essencialistas. As questões macrossociais dizem respeito a uma abordagem que considera apenas questões estruturais da sociedade capitalista, sobretudo na questão da precariedade do trabalho e desemprego, por exemplo. A dimensão existencialista foca no indivíduo como detentor exclusivo de sua condição social, “que carregava em si a culpa do próprio fracasso moral” (DE LUCCA, 2007, p. 17). É preciso considerar as relações sociais dos sujeitos engendradas em dimensões macrossociais, mas também entrelaçadas às conjunturas microssociais, como cotidiano, relações familiares e afetivas, entre outras. Segundo Shuch e Gehlen (2012), é preciso perceber que:

A tendência à essencialização dessa problemática está associada a uma correlação entre dinâmicas que conjugam duas fortes perspectivas sobre o assunto: aquela pautada pela visão de que estar na rua é um problema que requer intervenções e práticas de governo determinadas a suprimir tal fenômeno a partir da simples retirada das pessoas da rua e aquela pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da “falta” (SCHUCH e GEHLEN, 2012:12).

As pesquisas etnográficas têm contribuído para o debate na medida em que apresentam dados mais detalhados e complexos da vida das pessoas. Magni (2006), Milito e Silva (1995) são exemplos de autores que mostram categorias analíticas de moradores de rua e/ou crianças em situação de rua, destacando suas formas subversivas de viver e os desafios que impõem à ordem de classificação do público e privado. Enriquecendo as análises formais, os estudos etnográficos apresentam as pessoas dentro de uma teia mais complexa de significados e relações sociais configuradas na mobilidade urbana.

2. METODOLOGIA

2.1. O trabalho de campo e o público-alvo

A pesquisa de campo se fundamenta etnograficamente por seu conjunto de etapas, acompanhamentos, conversas, observação participante, anotações em diários de campo e entrevistas semiestruturadas. Notabilizada pela rotina de coleta de dados *in loco*, acompanhamento e convívio com nativos e/ou interlocutores da pesquisa, a etnografia busca pensar realidades particulares em diálogo com teorias mais gerais. Na tradição antropológica, a etnografia é pensada como um exercício artesanal, com preocupação em compreender e analisar as regularidades e as dimensões sociais de fenômenos específicos (FONSECA, 1999). Em outras palavras, para além de um método de pesquisa, a etnografia constitui-se também como construção teórica (PEIRANO, 1995).

Servindo-se do potencial analítico da etnografia, a pesquisa buscou acompanhar semanalmente os percursos das pessoas em situação de rua no Distrito Federal, a fim de compreender a conexão existente entre as pessoas e as regiões dentro da discussão sobre urbanidade (PATRIOTA DE MOURA, 2013).

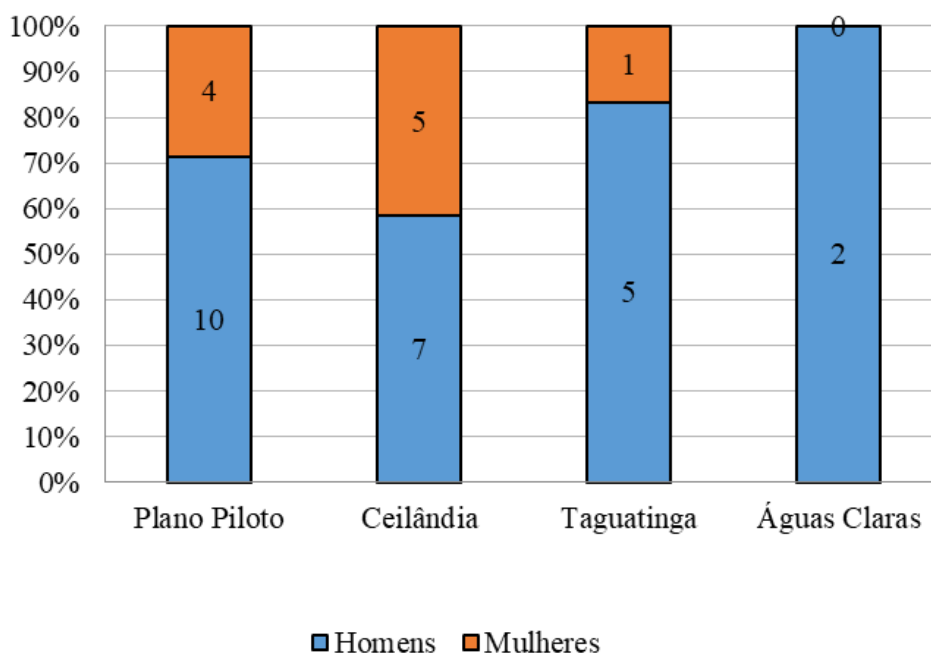
Teve como intuito, ainda, acompanhar de perto as relações de afetividade e experiências de cidade dos seus interlocutores; e, conforme sugerido por Magnani (2002; 2013), realizar um exercício de se colocar “de perto e de dentro”, a fim de captar os diversos “trajetos” e “circuitos”, bem como os sentidos e efeitos do viver em circulação. Ou seja, procurou exercitar um olhar para as configurações familiares, suas localidades, dinâmica econômica e material, seus valores morais e lógicas de mobilidade, sobretudo atentando para a intrínseca relação entre pessoas e espaços (TRAJANO-FILHO, 2012; LOBO, 2015). O objetivo foi compreender os itinerários dos sujeitos, na circulação por espaços, as formações de grupos, construção de vínculos parentais e familiares, suas relações de confiança e de intimidade, captando maneiras particulares de se vivenciar e conferir sentido ao universo urbano que é tornado habitável e familiar.

Para as escolhas dos principais pontos de coleta de dados, foi feita uma primeira sondagem durante as duas primeiras semanas de dezembro de 2021. Houve uma apresentação da pesquisa para as primeiras pessoas encontradas, elaboração das entrevistas semiestruturadas e o planejamento para aplicação. Firmadas as estratégias para a observação participante, as entrevistas aconteceram entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022.

2.2. As entrevistas semiestruturadas e a observação participante

A pesquisa abordou 59 interlocutores durante o período de campo, das quais 34 participaram das entrevistas semiestruturadas. Os dados finais desta pesquisa foram coletados em quatro Regiões Administrativas do Distrito Federal: quatorze entrevistas no Plano Piloto, doze em Ceilândia, seis em Taguatinga e duas em Águas Claras, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Perfil dos/as entrevistados/as por Região Administrativa e sexo



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Em Ceilândia, cinco pessoas foram ouvidas na região central, sete na região sul e apenas uma fora dos acampamentos. Em Taguatinga, todos os interlocutores foram ouvidos na região da Praça do Relógio e arredores, Avenida Central e Comercial, Setor Central e viaduto Pistão Norte e Sul. No Plano Piloto, quatro pessoas foram ouvidas no Setor Comercial Sul (SCS) e dez na Região da Rodoviária, no gramado entre a Esplanada e a Rodoviária e viadutos que ligam às Asas Sul e Norte. Em Águas Claras, as pessoas foram entrevistadas nas proximidades da Estação de Metrô Concessionárias.²

² As entrevistas semiestruturadas foram realizadas após a coleta da anuência dos participantes via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os respondentes foram identificados como “entrevistado” ou “entrevistada”. O marcador raça será pontuado por ser considerado relevante na história e estrutura social do país, além de proporcionar futuras análises com dados mais gerais. A categoria negro contempla as pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

PARTE II

ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

3. AS TRAJETÓRIAS DE RUA

A seguir, as trajetórias das pessoas em situação de rua serão analisadas a partir dos usos dos espaços públicos. Os exemplos etnográficos seguirão uma ordem de apresentação com início na rodoviária do Plano e Setor Comercial Sul; Ceilândia Sul, na região do acampamento; Ceilândia centro; Taguatinga e Águas Claras. Nessa primeira parte, o foco recairá nos perfis, naturalidade e motivações da situação de rua. Essa lógica também será seguida na análise dos demais tópicos do trabalho, quando as narrativas das pessoas entrevistadas serão retomadas para exemplificar a compreensão sobre as sociabilidades, conexão com famílias de origem, construção de territórios, meios de renda, relação com serviços, entre outros aspectos.

3.1. Os diferentes perfis, origem e relatos de vida

Na busca por identificar as principais causas que motivaram as atuais condições sociais das pessoas entrevistadas, o único pressuposto da investigação era o da heterogeneidade dos casos a serem encontrados. Não apenas essa característica ficou evidente durante a pesquisa, mas também o fato de as trajetórias estarem envolvidas em pelo menos dois tipos distintos de percursos. O primeiro diz respeito aos casos mais acidentais, tais como depressão, perda da moradia fixa, a pandemia da Covid-19, desemprego, entre outros. O segundo se relaciona aos diferentes anseios pessoais, seja por mudar de cidade, conseguir um emprego, viajar, obter renda ou até mesmo se manter na trajetória de rua. Em todos os casos, a dinâmica da vivência nas ruas atravessa suas vidas em muitos sentidos, onde tempo e espaço atuam nas sociabilidades existentes e podem modificar os percursos.

Na rodoviária do Plano Piloto, há uma multiplicidade de histórias de vida e estados de origem como dispersores de trajetórias que se entrecruzam, abrangendo, também, indivíduos oriundos de regiões administrativas de todo o Distrito Federal e entorno. Sentados nas áreas de gramado, plataformas, escadarias, abordando transeuntes em busca de doações ou vendendo algum produto, a vida dessas pessoas criam regularidades, captadas aqui nas formas de criação de grupos (amizades, afetos e desafetos), territórios, modos próprios de conseguir recursos, renda, relações com redes de solidariedade e instituições de atendimento especializado.

Como exemplo, o Entrevistado 1: negro, 35 anos, natural de Minas Gerais, afirmou que já esteve no Distrito Federal aos 16 anos em um período de férias. Com parentes vivendo em Brasília, viu a oportunidade de potencializar seu desejo de sair da casa de seus pais, porque, segundo ele:

Eu sou homossexual; eu tinha medo do meu pai [por conta de minha orientação sexual]... falei pra minha mãe que quando eu fizesse 18 anos eu ia embora pra Brasília. (Entrevistado 1).

Brasília se apresentou como escape para sua liberdade sexual, mas também para sua vida profissional, já que almejava como forma de moradia fixa a conquista de um emprego. Iniciava uma relação com a cidade que potencializava sua autonomia e cuidado de si, perspectiva que pode ser observada a partir do seguinte relato:

Eu estive aqui com 16 anos, e fiz uma promessa na frente da catedral de Brasília, que se eu conseguisse um emprego eu moraria em Brasília. Com 18 anos eu vim pra cá e consegui um emprego numa (sic) padaria. (Entrevistado 1).

Vivendo há mais de um ano nas proximidades da Rodoviária do Plano Piloto, e, após cerca de um ano em São Sebastião, além de um tempo em Águas Lindas (GO), o Entrevistado 1 se relaciona com outras pessoas em situação de rua na Rodoviária e mantém relações comerciais com aquisição e venda de diversos produtos importados, além do artesanato, coleta de material reciclável. Buscou adaptar, com técnica de bricolagem, um carrinho de mercado para fins de transporte, coleta e venda de mercadorias diversas, como instrumento fundamental na sua busca por renda. Também improvisou sua habitação em uma barraca de camping.

Figura 2 - Local da barraca do Entrevistado 1



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Além do primeiro emprego em uma padaria, o Entrevistado 1 também trabalhou de caseiro no Lago Sul. Entretanto, sua vida teve uma reviravolta quando contraiu HIV, sem saber exatamente quando e com quem, o que lhe impôs redobrar o cuidado de si. Além disso, uma relação afetiva interrompida e consumo de drogas foram os fatores decisivos para sua vida nas ruas:

Porque eu consegui um cidadão, me machucou. [...] acabei me perdendo nas drogas. Comecei a fumar pedra, a curtir. (Entrevistado 1).

Em momentos de conversa, o Entrevistado 1 discorreu sobre o incômodo que sente com sua atual aparência mais magra, como um dos motivos de rejeitar fotografias, por exemplo. Tal fato estaria afetando sua autoestima para buscar trabalho e possíveis encontros com familiares.

O Entrevistado 1 não foi o único caso na rodoviária que apresentou a relação com Brasília como meio de conseguir trabalho e renda. A Entrevistada 2, negra, 40 anos, há seis meses em situação de rua e natural de Minas Gerais, veio a Brasília procurar emprego. De

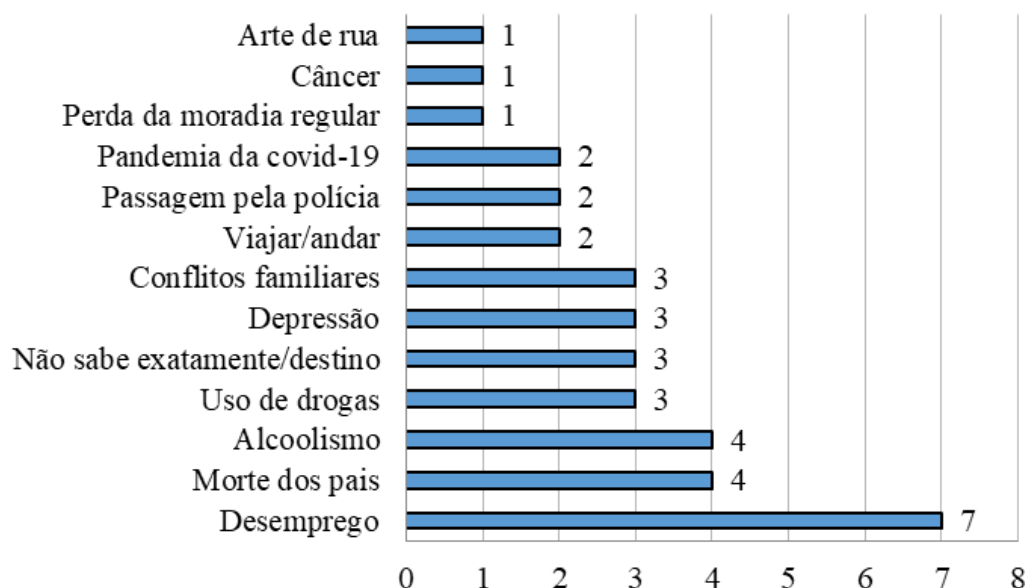
igual modo, se relaciona com outras pessoas em situação de rua da região, dorme nas mesmas proximidades que o Entrevistado 1. Embora considere a pandemia da Covid-19 como um fator que contribuiu para sua vida nas ruas, especifica o desemprego como condicionante:

A pandemia ajudou, mas foi o desemprego mesmo que me levou pra rua. Já trabalhei de muita coisa, de faxineira, de serviços gerais. Eu já fiz de tudo, eu gosto de trabalhar, mas não tô conseguindo emprego (Entrevistada 2).

Vivendo também na Rodoviária do Plano e região, a Entrevistada 2, diferente do Entrevistado 1, pede ajuda aos transeuntes como meio de conseguir doações de alimentos e dinheiro para ajudar na sua subsistência, além de buscar ajuda nos Centros Pop para obter benefícios sociais. Entretanto, afirmou que é a procura incessante por emprego sua motivação diária. Com parcimônia no diálogo, disse que não possui contato com familiares desde que chegou a Brasília, embora manifeste desejo por retomar essa conexão familiar. Em convivência com outras mulheres em situação de rua na rodoviária, compartilhou estratégias de higiene pessoal, tais como técnica de uso dos banheiros públicos e dormir coletivamente. Guardava suas roupas e demais objetos pessoais em um saco, afirmando ser a rodoviária o lugar mais seguro para guardar suas coisas e para o pernoite.

Os Entrevistados 1 e 2 são dois desses exemplos distintos de situação de rua encontrados na pesquisa. Porém, é preciso observar os diversos fatores que condicionaram as situações de rua presentes nos diálogos das trinta e quatro pessoas que participaram das entrevistas semiestruturadas: com destaque para o desemprego, alcoolismo, morte dos pais, conflitos familiares, drogas, a pandemia da Covid-19, passagens pela polícia, perda de moradia fixa, câncer e amor à arte de rua. Todas as causas descritas foram elencadas na Figura 2, que ilustra o número de vezes em que esses fatores aparecem nas narrativas, extrapolando o número de entrevistas.

Figura 3 - Os motivos da situação de rua



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa qualitativa sobre a população em situação de rua (2022)³

³ A quantidade aqui apresentada para cada motivação corresponde ao número de vezes em que as pessoas citaram fatores causais para suas atuais condições sociais, visto que houve quem citasse mais de um motivo.

Ainda na Rodoviária do Plano Piloto, a Entrevistada 3, 48 anos, natural de Minas Gerais, afirmou que circulava pela região como forma de conseguir doações. Contudo, construiu amizades nas incursões ao terminal rodoviário. Foi ouvida em um momento de conversa com outras pessoas que estavam sentadas nos limites de uma das plataformas. Essas pessoas também se relacionavam com os Entrevistados 1 e 2, e todas essas convivências apontavam para a formação de grupos. Em um de seus momentos de diálogo com um amigo cadeirante, afirmou que vivia há mais de 20 anos nas ruas, entre Minas Gerais e Brasília. Sem contato com a família, relatou os motivos de estar em situação de rua:

Problemas familiares, entendeu? [...] Quando a gente pensa que tá tudo bem, daí vem uma bomba e joga tudo pro ar (Entrevistada 3).

Apesar disso, embora evidencie problemas familiares como um fator importante de sua situação de rua, a Entrevistada 3 ressaltou que a pandemia da Covid-19 a afetou com o desemprego. Com passagem pela Casa de Passagem - Casa Flor,⁴ sua intenção no momento seria um atendimento na Defensoria Pública. Sem mencionar exatamente os motivos da procura pelo atendimento jurídico, justificou apenas como sendo problemas pessoais. Além dessas instituições, tinha o desejo de conseguir atendimento médico/psicológico. No que se refere a outro cuidado constante, por ser portadora do vírus do HIV, relatou que: “tenho que ter um cuidado contínuo, de andar com meus remédios”.

Os Entrevistados 1 e 3 são exemplos de pessoas com HIV em situação de rua que instigam algumas reflexões, tais como a procura por entender melhor a rua como refúgio dos “corpos indesejáveis”,⁵ ou como o itinerário de doenças encontra e busca amparo nos sentidos dos itinerários nas ruas. A autoestima abalada do Entrevistado 1 com a aparência e consumo de drogas; os problemas familiares, econômicos e psicológicos da Entrevistada 3 e a correlação com doenças parecem apoiar sua permanência nas ruas. Tal questão merece maior atenção e cuidado: a rua não deixa de ser um espaço de desaparecer do mundo real, visto que há relatos de percursos como um subterfúgio encontrado para a fuga de problemas de diversas ordens, onde o fim momentâneo é o estar em paz.⁶

A Entrevistada 3 possuía algumas amizades com outras pessoas em situação de rua na região. Entre os amigos, está o Entrevistado 4: 79 anos e natural do Rio Grande do Norte. Com 48 anos morando em Brasília, ele trabalhou por três anos em uma empresa de mineração. Embora esteja atualmente sem emprego, mas aposentado, estava em situação de rua porque, nas palavras dele, “derrubaram minha casa na [Cidade] Estrutural” como ato de reintegração de posse. Como cadeirante, buscava conseguir uma cadeira de rodas nova, e disse circular também pela região do Setor Comercial Sul (SCS) e Taguatinga. A rodoviária do Plano Piloto era fundamental na sua mobilidade “porque é melhor para sair para outros cantos”, disse.

⁴ A Casa de Passagem – Casa Flor é uma instituição de acolhimento para mulheres vítimas de violência ou de extrema vulnerabilidade fundada em 2008, com capacidade para acolher até 35 mulheres, que podem permanecer na Casa por até três meses.

⁵ Entende-se aqui como “corpos indesejáveis” as pessoas que estão, de certa forma, desprovidas de um conjunto cada vez mais aperfeiçoado de dispositivos sociais para uma moral da estética, boa forma, apresentação pessoal e demais códigos comportamentais constantemente reafirmados como padrões a serem seguidos (LE BRETON, 2003; FRANGELLA, 2004; FOUCAULT, 2009).

⁶ Em outro momento de pesquisa, uma interlocutora disse que a saída da casa da mãe, que não aceitava seu consumo de drogas, ajudou na relação das duas na medida em que o distanciamento do espaço da casa - e não o rompimento de suas relações - apareceu como meio de amenizar os conflitos e como forma de negociação entre elas. Com as idas da mãe à rua, buscavam saídas para o dilema, sobretudo pela existência de um filho sob cuidados da avó. Contudo, a saída da casa da mãe proporcionou o sentimento de “estar em paz” (CORDEIRO, 2018:42).

Entre as pessoas que compartilham momentos na rodoviária formando grupos, está o Entrevistado 5: 64 anos, natural de Pernambuco, que vivia há quatro anos nas ruas por conta do alcoolismo. Ainda possuía contato com familiares e, sem explicar sobre sua vinda a Brasília, disse que possuía duas passagens pela polícia. Com a perda constante de sua documentação, sobretudo o RG, o fluxo de pessoas era um fator nas suas escolhas dos lugares para ficar. Vivendo apenas do benefício do Auxílio Brasil, pedia dinheiro em locais movimentados para ajudar em sua renda. De forma semelhante, o Entrevistado 6: 45 anos e natural do Paraná, também possuía passagem pela polícia e problemas com o alcoolismo.

O Entrevistado 6 se afastou da região da rodoviária do Plano Piloto após conflitos por furtos de seus documentos e se mudou para a área do gramado da Esplanada dos Ministérios, passando a dormir em um ponto de ônibus. Com mais de 20 anos vivendo nas ruas, inclusive em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, justificava sua situação de rua por conta de um homicídio (fruto accidental de uma briga, na narrativa dele) e consumo constante de bebida alcoólica. Estes dois últimos exemplos são semelhantes por tempo e causas da situação de rua, além da situação de rua em outros estados.

No subsolo da rodoviária, nas proximidades da entrada para o metrô, uma pessoa expôs outra recorrente dinâmica das vidas nas ruas, a chegada de novos personagens. Era o Entrevistado 7: 43 anos, negro e natural do Rio de Janeiro, que estava sentado próximo a outro grupo de pessoas deitado em um corredor de acesso a guichês de recargas de bilhetes. Com apenas quatro dias em Brasília – para onde se deslocou em busca de emprego – e em situação de rua, buscava conseguir informações junto às pessoas que ali viviam. Sua situação de rua se deu, nas palavras dele, “por vários fatores: a morte de meus pais, o desemprego...”.

Filho único, a morte de sua mãe aposentada afetou toda a estrutura de sua vida. Com parentes apenas no Rio de Janeiro, circulava pela região de moradia para conseguir alimentação e doações em shoppings, bares e restaurantes. Ficou sabendo da existência do Centro Pop por meio desta pesquisa. Além de ter recebido o auxílio emergencial durante a pandemia, buscava saber sobre quais benefícios teria direito. Não somente o Entrevistado 7 apontou a morte da mãe como um fator de peso em suas tomadas de decisão, mas o Entrevistado 8, 37 anos e natural de Planaltina de Goiás, vivendo entre outro grupo de pessoas no SCS, alegou estar em situação de rua pelos motivos abaixo narrados:

Pela morte de minha mãe [...] Ela era mãe solteira e somente eu de filho. [...] Tive depressão [o que também contribuiu para a situação de rua] (Entrevistado 8).

A relação entre o Entrevistado 8 e seus familiares ficou interrompida com a morte da mãe que, segundo ele, era sua ligação com os demais parentes. Ainda no SCS, a Entrevistada 9, branca, 31 anos, natural de Minas Gerais, e o Entrevistado 10, negro, 29 anos, natural do Ceará apresentam dinâmicas diferentes da vida nas ruas. Ambos são amigos e se conheceram no setor. A Entrevistada 9 relatou que estava há um mês nas ruas, que sua família vive em Planaltina e que sobrevive da venda de jujubas em bares e comércios. O Entrevistado 10 é pedinte nos comércios da região. Sobre as motivações de estarem em situação de rua, responderam:

Meu marido vive em situação de rua [...]. Ele que me trouxe pra rua. Mas eu que quis vir mesmo (Entrevistada 9).

A família não aceita nossa opção sexual e a gente vem pra rua. Me sinto mais acolhido na rua (Entrevistado 10).

A Entrevistada 9 relaciona sua situação de rua a uma relação afetiva: vivia pela região a depender da presença de seu esposo, usuário de drogas. Ela manifestou, durante seu relato, que não gostaria de continuar na rua. Já o Entrevistado 10 vive há três anos em

Brasília. Com passagem de três meses em uma comunidade terapêutica, ainda possuía contato com parentes. Ele aponta sua orientação sexual como motivo de tensão com a família, que é religiosa e não aceita sua sexualidade. Ao afirmar que se sente mais acolhido na rua, demonstrou construir uma relação de confiança nessa sociabilidade, que se tornou fundamental para sua sobrevivência nesse ambiente.

Figura 4 - Ponto de encontro no Setor Comercial Sul



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Os Entrevistados 9 e 10 caminhavam juntos em diversos momentos no SCS e circulam por restaurantes da região para conseguir doações de quentinhas em horários estratégicos. Os dois têm experiências distintas para o sustento na rua e perspectivas de sair dela, também. No SCS, assim como na rodoviária do Plano, há a formação de grupos: deitados juntos em calçadas dos prédios, em diferentes marquises ou debaixo de pequenas árvores. Havia outros grupos em diferentes partes das quadras, sentados, em barracas e em uma ocupação de um prédio de moradia compartilhada. Os diferentes grupos usavam um banheiro construído coletivamente para todas as pessoas que vivem na região.

Em um desses grupos, estava o Entrevistado 11: negro, 38 anos, natural do Plano Piloto. Vive há sete anos nas ruas por um acúmulo de causas que inclui a morte de sua mãe e períodos de depressão e alcoolismo:

[Passei a viver nas ruas] após o falecimento da minha mãe, e daí veio a depressão e o alcoolismo. A morte da minha mãe foi o principal fator que me deixou assim (Entrevistado 11).

Sem falar de seu pai e sempre destacando a perda de sua mãe solo, o Entrevistado 11 afirmou ter contato com seus irmãos em Santo Antônio do Descoberto, Goiás. Busca retomar a vida vendendo balas e sonha com um emprego e condições melhores no futuro. Em um momento da conversa, utilizou a expressão “irmão de rua”, que ajuda a entender melhor as relações de amizade, os afetos e a representatividade de uma consciência coletiva na rua.

O Entrevistado 12, 27 anos, negro e natural de Pernambuco, alegou estar em situação de rua por conta da pandemia: “passei uma temporada em uma casa alugada, daí veio a pandemia e eu voltei para a rua com a pandemia”. Com muitas amizades no SCS, mantinha contato com a família em Pernambuco e dormia em diferentes locais da região,

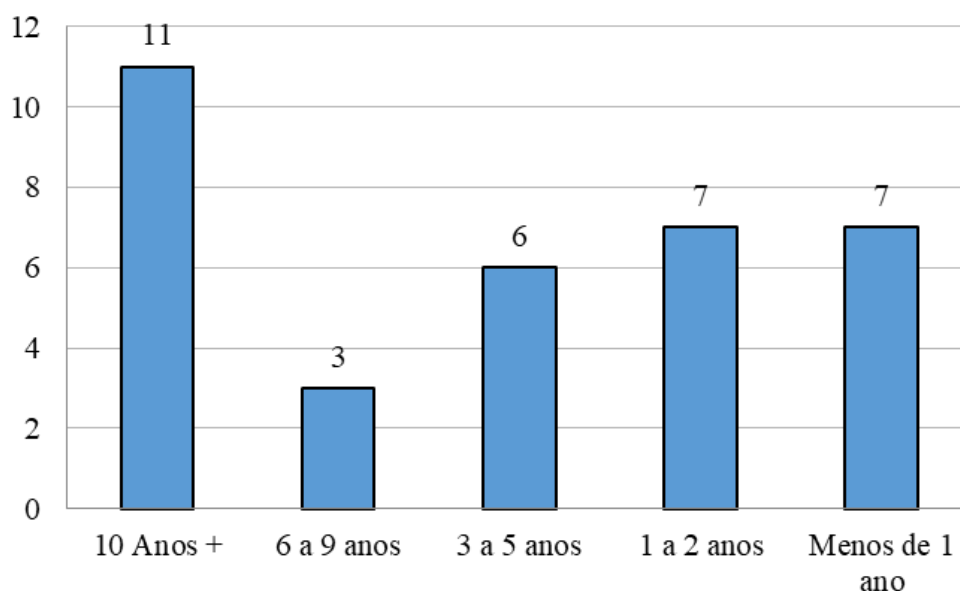
como nas proximidades da Biblioteca Nacional e Setor Bancário Norte. Outra pessoa com muitos amigos na região do SCS é o Entrevistado 13: 59 anos, negro e natural do Piauí. É uma figura conhecida na região e em outros lugares do Distrito Federal, sobretudo por estar há vários anos vivendo nas ruas:

“Há muito anos, nem me lembro mais” - **Mais de 10 anos?** “Mais! Há muitos anos. Eu nem me lembro mais (Entrevistado 13).

O Entrevistado 13 possuía uma trajetória de rua mais específica, sobretudo pelo tempo, experiência e vivência nas ruas do Distrito Federal. Nesse período, procurou adequar-se aos modos disponíveis de trabalho e renda, como coleta de materiais recicláveis, adaptando um carrinho de supermercado para guardar seus objetos pessoais e os destinados à venda. Sobre os motivos por estar vivendo nas ruas, respondeu: “e eu sei lá porque diabos foi que eu fiquei assim jogado na rua...”.

A conversa com o Entrevistado 13 corrobora a heterogeneidade das trajetórias, sobretudo no que se refere ao tempo nas ruas. Entre as pessoas entrevistadas na pesquisa, 11 (onze) afirmaram estar em situação de rua há mais de dez anos (33%); 3 (três) entre seis e nove anos (9%); 6 (seis) entre três e cinco anos (18%); 7 (sete) entre um e dois anos (20%); e 7 (sete) pessoas estavam há menos de um ano nas ruas (20%), conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Tempo em situação de rua



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)⁷

De forma bem semelhante ao que acontece no Plano Piloto e no Setor Comercial Sul, as pessoas em situação de rua na região da Praça do Relógio, em Taguatinga, também compartilhavam momentos e alimentação, o que contribuía para a formação de grupos. Em menor número em relação ao Plano Piloto e menos diversidade em relação à origem, a região possui suas especificidades, como a presença de pessoas que procuravam os espaços apenas para o consumo de drogas.

⁷ Das 34 pessoas entrevistadas, onze disseram que estão em situação de rua há mais de 10 anos; três entre seis a nove anos; seis pessoas entre três a cinco anos; sete entre um a dois anos, e sete pessoas há menos de um ano. Há casos em que os interlocutores da pesquisa afirmaram não lembrar há quanto tempo estão nas ruas.

Próximo à Praça do Relógio, estava o Entrevistado 14: branco, 49 anos e natural do Distrito Federal. Cadeirante, vivia há 25 anos na rua, mesmo com os pais vivendo em Taguatinga e irmãos em Ceilândia Sul. Ainda tem contato com a família, embora passe longos períodos sem contato. Em relação aos pais, destacou a pandemia da Covid-19 como um dos fatores determinantes de seu distanciamento, por se tratarem de pessoas idosas. Embora já tenha vendido coisas nas ruas, ultimamente sobrevivia pedindo dinheiro em uma calçada de loja da região – manguear, na linguagem dos moradores de rua. O local era coberto por uma marquise, o que o ajuda a proteger da chuva e do sol.

O Entrevistado 14 destacou que escolheu o local por ser sossegado e calmo, mas que as doações e a movimentação de pessoas na região também impactaram na escolha. Além da Praça do Relógio, circulava por outros lugares de Taguatinga, como o Pistão Sul, onde também tinha amigos que viviam em situação de rua. Além de afirmar que já esteve em todos os lugares do Distrito Federal. Sobre sua situação de rua, disse que ocorreu “por problemas familiares, discussões por conta do meu consumo de álcool”.

Com os conflitos familiares relacionados ao consumo de álcool, ficar na rua diminuía a tensão familiar, que, segundo ele, era constante. Embora mantenha algum tipo de contato com a família, estabeleceu uma rede de relações com transeuntes e outras pessoas em situação de rua na região. O Entrevistado 14 convivia com mais cinco pessoas no centro de Taguatinga, número que sofria alterações a cada visita ao local, muito relacionado à constante circulação das pessoas por diferentes espaços. Dos amigos de rua, apenas uma amiga do Entrevistado 14 concordou em participar da pesquisa.

Figura 6 - Local de moradia do Entrevistado 14



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

A Entrevistada 15, mulher negra de 55 anos, natural de Sobradinho, dormia na mesma calçada que o Entrevistado 14. Vivendo há mais de dez anos nas ruas, circulando, além de Taguatinga, por Ceilândia e Águas Lindas (GO), disse que já esteve em situação de rua também em Sobradinho. Entre os fatores que a levou a viver em situação de rua, alegou alguns traumas, que potencializaram transtornos emocionais, levando-a, inclusive, a começar a usar drogas: “eu sofri abusos sexuais na infância. Isso mexeu demais comigo”.

Atualmente, a Entrevistada 15 se diz dependente do consumo de crack e que a droga está afetando sua saúde física e mental. Com uma alergia grave em todo o corpo por

conta do uso da droga, se coçava o tempo todo durante a entrevista. Alegou que não suportava a situação de sua pele e que desejava buscar atendimento médico e psicológico.

Próximo aos Entrevistados 14 e 15, em uma área de gramado que dá acesso aos sinais de trânsito das vias do Pistão Norte e Sul, estava o Entrevistado 16: branco, 21 anos e natural da Paraíba (embora afirmou ter nascido no DF e viajado ainda recém-nascido à Paraíba) acampado em uma barraca. Relatou viajar pelo país praticando malabarismos nos sinais de trânsito. Estava em Brasília há dois dias como caminho para o Rio de Janeiro. Esteve em situação de rua também na Paraíba e em Belo Horizonte por dois anos. Estava em situação de rua por conta de constantes conflitos com o pai, que não entende, nem aceita, sua arte de rua.

Antes de chegar a Brasília, o Entrevistado 16 passou por Formosa (GO). Pedia dinheiro como meio de obter renda, mas seu principal sustento era a arte de rua. Junto com sua barraca, mochila e roupas, carregava seus facões e claves, que utilizava para fazer malabarismo. Buscando informações sobre outras regiões de Brasília, disse que não ficaria em Taguatinga por muitos dias, que queria conhecer outros locais.

Nas proximidades, estava o Entrevistado 17: negro e natural de São Paulo. Vivendo há cinco anos nas ruas, com circulação constante por Goiânia e Brasília durante esse período, não sabia afirmar exatamente como se deu sua situação de rua: “a gente não escolhe, o destino que escolhe”.

Embora assinalasse certa predestinação para sua situação de rua, disse usar drogas e que já esteve um período em um imóvel alugado para moradia, mas acabou retornando às ruas. Almejando um emprego fixo e uma futura moradia, contou que circulava por Samambaia, Guará, Vicente Pires e Plano Piloto. Convivia com outras pessoas que circulam entre a calçada em que estavam os Entrevistados 14 e 15.

Em situação de rua há três anos por uso de drogas, estava o Entrevistado 18: 28 anos, natural de São Paulo, mas criado na Bahia e com familiares no Sol Nascente. Corroborando os últimos casos, está o Entrevistado 20: homem, 37 anos, natural da Bahia. Embora não tenha aceitado participar da entrevista semiestruturada, estava aberto ao diálogo. Afirmou estar nas ruas “faz uns três ou quatro anos, por aí. Foi antes da pandemia”. Quando questionado sobre os motivos da situação de rua, relatou:

Falando a verdade, foi porque eu uso drogas, mas foi também pelas amizades que eu tenho. Depois que eu vim para a rua, eu tô (*sic*) me acostumando, aí desandou... (Entrevistado 20).

A uma distância de 6 quilômetros da Praça do Relógio, na Ceilândia Sul, em um acampamento improvisado na Av. Elmo Serejo, o pluralismo de histórias de vida ganha outros contornos, apresentando regularidades quanto à sociabilidade e uso dos espaços. Embaixo do viaduto do metrô, vivia o Entrevistado 21: 35 anos e natural do Espírito Santo, com a família, esposa e três filhos em duas barracas improvisadas com lona. Um dos filhos é casado e vivia com a esposa em uma das barracas com banheiro improvisado - também de lona - e cozinha a céu aberto, com varal para estender roupas.

Figura 7 - Cozinha improvisada da família do Entrevistado 21



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Sobre sua trajetória, o Entrevistado 21 descreveu que veio ainda criança de seu estado de origem, quando passou a viver em situação de rua com seus pais e irmãos. Quando seu pai faleceu, sua mãe se mudou de cidade com outro companheiro. A partir desse episódio, nunca mais teve contato com ela. Ele frisou que foi forçado a voltar à situação de rua por conta do desemprego e por não conseguir pagar aluguel e demais despesas da casa:

Já morei de aluguel, já tive condição de pagar aluguel. Já trabalhei fichado. Eu pagava aluguel de 600, 700 reais. [...] E quando veio essa doença [pandemia], foi mandado um bocado embora. Aí o jeito foi ir pra rua. A gente não ia [conseguir] pagar aluguel e deixar tudo acumulado. O jeito foi vir para a rua, trazer meus filhos para a rua (Entrevistado 21).

Na região, há um acampamento que se estende do cruzamento do viaduto da linha do metrô Ceilândia com a Av. Elmo Serejo ao início do PSul. O Entrevistado 21 ficou por um tempo nessa região e, nos meses finais de 2021, se deslocou para debaixo do viaduto.

No outro lado da via onde o Entrevistado 21 morava, estava a Entrevistada 22, 33 anos e natural da Bahia, que havia se deslocado de outro acampamento em Brasília, Planaltina de Goiás, juntamente com seus dois filhos, irmã e mãe. Simpática, sempre destacava sua vontade em produzir artesanatos, de onde tirava parte de seu sustento e de sua família, que também advinha de doações e coleta de material reciclável. Embora conte com o apoio da mãe e irmã na criação dos filhos, destacou que:

A minha necessidade não é nem que eu não tenha casa para morar, mas é mais por necessidade financeira. Eu tenho dois filhos para criar. Os meninos são um de cada pai e eles [os pais] não pagam pensão (Entrevistada 22).

A Entrevistada 22 considera o acampamento de Brasília como parte de sua moradia, visto que está em um processo de reivindicação coletiva de ocupação de terra na região. Destaca a sua situação de rua como parte de sua busca por renda e criação dos filhos, que foi deixada somente sob sua responsabilidade.

Figura 8 - Cozinha improvisada da família do Entrevistado 21



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Na mesma região, vivia o Entrevistado 23: 29 anos e natural da Bahia, à procura de emprego. Há sete meses na rua, tem uma barraca e um banheiro improvisados debaixo do viaduto da linha do metrô. Trabalha vigiando carros informalmente no estacionamento de um supermercado no PSul. Segundo ele, escolheu o local do acampamento porque “a pessoas da região são humildes”. Como as outras pessoas do acampamento, usa água da Universidade de Brasília (UnB) e de um posto de gasolina para beber e cozinhar alimentos.

Convivendo com diversas pessoas em um ambiente concentrado de barracas, o Entrevistado 23 possui contatos com familiares na Bahia e no Distrito Federal e não se mudou de local de moradia durante o período em que viveu na região. Sua condição de rua se deve ao fato de não conseguir pagar aluguel: “sem condições de pagar um aluguel, então é o jeito ficar aqui”.

Na parte do PSul do Acampamento, mora o Entrevistado 24: negro, 26 anos e natural do Maranhão. Outrora em Samambaia, deslocou-se para a região com a finalidade de coletar material reciclável. Segundo ele, a região sul de Ceilândia possuía mais materiais para reciclagem que as demais que conhecia, incluindo Samambaia. Em situação de rua por conta do desemprego, possuía contatos com familiares e já esteve em situação de rua em outras regiões do Distrito Federal: “morei também em Sobradinho, mas lá [os receptores do material coletado] não compram papelão, plástico”.

Com a escolha das regiões baseada em sua relação de trabalho, desenvolvia as mesmas técnicas de moradia que as demais pessoas do acampamento, com barracas improvisadas de lona, coleta de água em um posto de gasolina próximo, e recebendo os diferentes tipos de doações que chegavam na região.

Não somente nessa região de Ceilândia havia pessoas em situação de rua visando usos específicos dos espaços. Em Ceilândia centro, a Entrevistada 25, branca, 40 anos e natural do Maranhão, é “uma andarilha”. Caminhava nas proximidades do restaurante popular, onde foi entrevistada. Há mais de 20 anos na rua e sem contato com a família no Maranhão, procurava “olhar carros estacionados e manguear” como forma de conseguir algum tipo de renda. Quando questionada sobre os motivos que a levaram à situação de rua, respondeu: “porque eu quis mesmo [...] já morei no Distrito Federal quase todo. Vivo há 10 anos em Brasília”.

Além desse período vivendo nas ruas de Brasília, também já estive em situação de rua no Maranhão. Na mesma região, A Entrevistada 26, negra, 27 anos, constantemente se sentava em uma calçada próxima a algumas lojas da região. Moradora do Setor O, circula apenas na região central e norte em Samambaia e Taguatinga Norte. Desde a adolescência, vive entre a casa da mãe e a rua. Sobre os motivos de estar naquela região central de Ceilândia, alegou:

Pelas amizades, doações e também pelo manguêio. Aqui dá para manguêio. [...] Eu consigo receber mais doações das pessoas (Entrevistada 26).

Nas conversas, ficou evidente que o desentendimento com a mãe era por conta do consumo de drogas. Para se alimentar, pedia quentinhas nos restaurantes da região. Afirmou retornar para a casa da mãe aos finais de semana. Andava na companhia de uma amiga que, embora não quisesse conversar naquele momento e ter questionado sobre a pesquisa, disse que já dormiram juntas na rua.

O local tem que tá (*sic*) calmo [...] seguro. [...] Prefiro dormir com amigas. Mas não é sempre que a gente dorme na rua, não (Entrevistada 26).

A Entrevistada 26 comunicou o desejo de conseguir atendimento médico e psicológico, voltar a estudar, conseguir um emprego e sair da situação de rua. Além do mais, “queria uma ajuda financeira para voltar a estudar.” [...] Quero conseguir um trabalho e mudar de vida”.

A região central de Ceilândia, por onde a Entrevistada 26 caminhava durante a entrevista, possuía uma dinâmica de circulação de pessoas em diversos pontos. Desde a Estação Central, em boa parte da Avenida Hélio Prates, assim como em quadras da QNM 05, se estendendo para a Ceilândia Norte e Sul, na altura da QNM 11. Mas era nas proximidades do restaurante comunitário a maior concentração de pessoas.

Nas arredores do Metrô Ceilândia Centro, o Entrevistado 27: 59 anos e natural da Cidade de Goiás (GO) andava com um carrinho de mercado improvisado para guardar seus pertences e materiais recicláveis. No carrinho, carregava alimentos, roupas e um gatinho de estimação. Sem aposentadoria e sem contato com a família por ter perdido o telefone, coletava e vendia material reciclável na região. Alegou ter um terreno ocupado por ele:

“Tem um terreno próximo ali depois daquele prédio que eu tô (*sic passim*) cuidando, tô ocupando para mim”.

O Entrevistado 27 possuía um câncer na tireoide e ansiava por atendimento médico especializado. Além de atendimento médico, destacou que precisava de aposentadoria e auxílio-doença. Também destacou sofrer preconceito por conta de sua condição de saúde:

As pessoas têm medo. Já tive câncer de pele e as pessoas também tinham preconceito [...], mas agora eu tô com câncer na tireoide e preciso de atendimento médico (Entrevistado 27).

Também em Ceilândia Centro, estava o Entrevistado 28: branco, 22 anos, natural do Piauí, almoçando no restaurante comunitário. Vivia há dois anos nas ruas, mas realizava sua higiene pessoal na casa da irmã, moradora no Sol Nascente. Além da região central, citou a QNM 24 como uma quadra que também gostava de ficar. Estava em situação de rua por conta da perda dos pais: “depois que minha mãe e meu pai morreram, afetou demais minha vida”. Atualmente desempregado, prestava serviços gerais e vigiava carros. Suas relações de trabalhos demandavam dele relações de amizade para o compartilhamento de espaços para essas atividades.

Alegou ter escolhido ficar na região central porque, segundo ele, era próxima da casa de sua irmã. Quando perguntado sobre os motivos de não viver com a irmã, respondeu:

A relação com minha irmã é boa, o problema é meu cunhado, a gente não se dá bem [...] já morei com eles e não deu certo, já dormi lá e não deu certo (Entrevistado 28).

Apesar da relação conflituosa com o cunhado, sempre visitava sua irmã no meio da semana, se deslocando corriqueiramente à região do Sol Nascente. Sua vida era uma constante circulação por espaços públicos, instituições de atendimento – como o restaurante comunitário –, e a casa de familiares – no caso, a de sua irmã.

As entrevistas realizadas em Águas Claras ressaltam uma diferença dessa região para as demais, ao menos em relação à Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto (rodoviária e SCS), nas quais a procura por pessoas em situação de rua não durava muito tempo. Embora a presença de pessoas em situação de rua nas quadras de Águas Claras não fosse recorrente, a investigação conversou com dois homens que estavam em uma praça próxima à Estação Concessionárias do metrô: o Entrevistado 29, homem, branco, 39 anos, natural de Santa Catarina; e o Entrevistado 30: homem, negro, 22 anos e natural do Paraná.

O Entrevistado 29 relatou estar em situação de rua – embora não constante – há 15 anos. Em diversos momentos, viveu em uma moradia alugada no Paraná. Antes de Brasília, esteve em Planaltina (GO). Demonstrou saber muitas informações sobre os serviços de assistência no Distrito Federal, pesquisando sobre tais instituições antes de se deslocar: “Aqui no DF tem o auxílio calamidade. 600 aluguel [social]. Tem o *DF sem fome* de 150 [reais].⁸

Estava em seu primeiro dia em Águas Claras conhecendo a RA para saber se era “bom de ganhar moeda”. Sobre formas de conseguir dinheiro, destacou que é pela “venda de balinhas no sinal, pipoca, mangueio”. Entende que chegou à situação de rua por gostar de viajar, desenvolvendo uma rotina entre viagens e retorno ao seu estado de origem, onde optava por morar de aluguel. O Entrevistado 30, por outro lado, estava há quatro meses na rua. Com passagem pela polícia por porte ilegal de arma de fogo, relatou já ter passado por Taguatinga, Guará, Pistão Sul, entre outros lugares:

Ando por aí tudo. As pessoas que estão na rua não tem como ficar parado. Tem gente que pergunta: “você aqui de novo, já veio ontem, agora todo dia” (Entrevistado 30).

Com incursões nesses lugares citados, buscava em Águas Claras meios para garantir alimentação, repouso e estratégias de como agir nos dias seguintes, tendo em vista que sua situação de rua se devia ao seguinte fato:

Eu trabalhava na cozinha [de um restaurante na Asa Norte], era cozinheiro aqui [em Brasília]. Mas com um mandado de prisão e mais a pandemia eu fui mandado embora e estou na rua. Tenho que procurar a defensoria pública, um advogado e sair dessa (Entrevistado 30).

Todas essas narrativas, embora apresentem similaridades, são únicas e carregam particularidades complexas mesmo quando as observamos separadamente, sobretudo quando buscamos definir causas pontuais que condicionaram a situação de rua. Os fragmentos de narrativas orais e observações em campo demonstram, inicialmente, como essas diversas trajetórias de vidas e histórias se cruzam e compartilham experiências e aprendizados.

⁸ O auxílio calamidade foi definido pelo Governo do Distrito Federal em R\$ 408,00, pagos em parcela única. Fonte: <https://www.sedes.df.gov.br/beneficios-eventuais/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

O conhecimento dessas narrativas pessoais – que, em seus conteúdos, descrevem origens migratórias, trajetórias de encontros e inferências sobre a permanência das pessoas com as ruas – faz com que não seja possível delimitar motivos para o início e duração da situação de rua ou que a caracterize como um fenômeno demográfico e sociológico que delimite razões majoritárias e significativas para as trajetórias daqueles que deambulam em calçadas, ruas e praças.

Por interseccional, compreende-se o conjunto das linhas das experiências que encruzam corpos e neles acumulam conteúdos de vida. Diferente do indivíduo moderno, a pessoa interseccional é aquela que afina seu plano de agência na realidade, baseado não na identidade, na origem geográfica, na predestinação como sujeito de classe – valores que são comumente relacionados à autoctonia da nossa subjetividade padrão.

Uma nova escuta dessas narrativas por meio da interseccionalidade leva ao entendimento que a pergunta “como você entende que chegou à situação de rua?” e suas respostas objetivas – drogas, processos de adoecimento, desemprego, entre outras – podem ser apenas escolhas objetivas e convenientes (dadas ao pesquisador pelos seus interlocutores) para resumir experiências íntimas inenarráveis, territórios emocionais ainda por serem desvelados - inclusive para os próprios sujeitos - e eventos que não podem ser publicizados sob o risco da reconfiguração moral da relação de pesquisa. Não há, portanto, um fenômeno civilizatório único que defina as origens dos corpos que deambulam nas ruas. Os interlocutores que narraram suas trajetórias para esta pesquisa apenas escolheram sínteses de sentidos que podem fornecer pistas sobre os estímulos que os trouxeram até ali.

3.2. Dinâmicas familiares, rupturas e continuidades

Parte significativa das pessoas entrevistadas por esta pesquisa possui algum tipo de contato com familiares. Se, por um lado, existem casos com rupturas familiares - sejam por longos períodos ou até mesmo de forma definitiva -, por outro, existem diversos tipos de manutenção de vínculos parentais, seja por telefonemas, mensagens, redes sociais, encontro nas ruas ou visitas à casa de parentes e amigos. Esse conjunto diverso de conexões é análogo às diversas trajetórias narradas.

O Entrevistado 1, por exemplo, apresenta uma particularidade interessante, pois possuía familiares em Brasília e temia constantemente que eles o encontrassem, porque, segundo ele, “se souberem por onde estou, eles vão vir (*sic*) falar comigo”. Dizia isso em relação ao distanciamento que mantinha, pois sentia constrangimento por sua condição, trajetória de rua e aparência magra, os quais eram detalhes significativos para ele. Sobre o seu retorno à sua terra natal em Minas Gerais, afirmou que era muito orgulhoso para realizar esse retorno:

- Somente orgulho mesmo?

“É orgulho, é vergonha” (Entrevistado 1).

A vida do Entrevistado 1 é emblemática para o tema, sobretudo porque apresenta questões mais complexas de nível emocional, sentimental, referentes a seus projetos pessoais e a sua trajetória na cidade. Um dilema em insistir no que poderá a vir acontecer, ao passo que busca se sustentar na trajetória de rua até conseguir um novo trabalho convencional ou buscar interromper um processo longo do qual depositou toda sua vida para construir uma instabilidade financeira e pessoal em Brasília, retornando para sua cidade natal.

A Entrevistada 2, com contato interrompido durante o tempo em Brasília, não hesitou em manifestar o desejo por conseguir novamente o contato com familiares em Minas Gerais.

O Entrevistado 7, filho único, ficou sem relação com os demais familiares no Rio de Janeiro após o falecimento de sua mãe. Semelhantemente a esse caso, o Entrevistado 29 também perdeu o convívio com os demais familiares depois da morte da mãe. Segundo ele, antes da mãe falecer, ainda possuía algum tipo de convivência com parentes, já sua mãe era a conexão com os demais membros da família.

O Entrevistado 11 apresentou a morte da mãe como significativa na sua relação com sua família e parentes, mas mantinha contato com familiares por meio de redes sociais e ligações telefônicas com irmãos que vivem no Distrito Federal. Ainda que ficasse distante por um período, semanas ou meses, afirmava que sempre era possível encontrá-los em espaços públicos e em instituições de atendimento especializado, como o Centro Pop. A relação com os irmãos era significativa, pois destacava a importância dessa relação para a sua saúde mental, frente à constante luta para não voltar ao quadro de depressão.

O Entrevistado 13 não possuía relação ou informações sobre seus familiares. A Entrevistada 9, com retornos à casa da mãe em Planaltina e com o desejo de não permanecer nas ruas, é um exemplo da inconstância da situação de rua, já que seu parceiro se mantinha na trajetória de rua e era um dos fatores que a levaram à essa condição. Seu amigo, o Entrevistado 10, embora tenha manifestado que sua vida é melhor distante da família por conta de sua orientação sexual, afirmou ainda manter contato telefônico com seus familiares.

O Entrevistado 12, embora possuísse contato com a família em Pernambuco, relatou que: “na verdade, a gente não se bate muito bem, tem um pouco de atrito”. O Entrevistado 4 não tem nenhum contato com a família no Rio Grande do Norte, e de igual modo o Entrevistado 6 também não mantém mais diálogo com familiares em Santa Catarina. Diferente desses dois casos, o Entrevistado 5 disse que às vezes sustentava algum tipo de conexão com a família em Pernambuco. A Entrevistada 3, embora afirmasse que não mantinha mais nenhuma relação com familiares, disse que existiam problemas familiares constantes, sobretudo quando afirmou que “os problemas familiares [...] quando a gente pensa que tá (*sic*) tudo bem, daí vem uma bomba e joga tudo pro ar”, fato que indica que a família ainda possui alguma constância em sua vida.

Em Taguatinga, o Entrevistado 14 relatou manter relações com os pais em Taguatinga, com interrupção no período da pandemia por serem pessoas idosas, e com um irmão em Ceilândia Sul. Nesses encontros com a família, ocorrem discussões e questionamentos sobre sua situação de rua e o alcoolismo. Sua amiga, a Entrevistada 15, disse que mantém relação com os filhos e outros parentes. O Entrevistado 12, embora circule por diversas cidades do país com o trabalho de malabarismo em sinais de trânsito, conversa constantemente com a mãe e a avó por meio das redes sociais e ligações telefônicas. Ainda em Taguatinga, o Entrevistado 17 alegou não possuir mais contato com a família em São Paulo. Entretanto, outro interlocutor - Entrevistado 19 - disse que possuía parentes vivendo em Brasília, além dos que vivem na Bahia:

“Sim, tenho família no Sol Nascente [...]. Minha mãe é mãe solteira [...]. Tenho outros parentes lá também” (Entrevistado 19).

Nos acampamentos em Ceilândia Sul, a presença familiar é mais intensa, já que grupos familiares circulam por casas, acampamentos nas vias públicas e ocupações coletivas de terras. Apesar da existência de pessoas que vivem nos acampamentos sem a companhia de parentes, muitos desses mantinham algum tipo de relação com familiares. O Entrevistado 21, embora tenha enfatizado que não possuía nenhum tipo de contato com sua mãe, relatou ter encontros constantes com o irmão, que vive em uma casa alugada em Santo Antônio do Descoberto (GO) com esposa e nove filhos. Sobre o irmão, destacou que:

“Meu irmão também vem para a rua para ajudar a pagar as contas, a arrumar dinheiro para comer e pagar aluguel. Ele fica uma, duas semanas ou até um mês” (Entrevistado 21).

O fato de o irmão do Entrevistado 21 fazer incursões nos acampamentos por alguns períodos para ajudar na renda da casa, fortalecida com as doações e atividades de rua, é representativo das diferentes trajetórias que dão característica sazonal aos acampamentos.

A Entrevistada 22 vivia com a mãe, que circulava entre os acampamentos de Brasilinha, em Planaltina de Goiás, sua irmã e dois filhos. Na região, convivia com outras famílias que vieram do mesmo acampamento e com famílias vindas de Águas Lindas (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO). Sua irmã, a Entrevistada 31, afirmou que possuía primos acampados na mesma região. No mesmo acampamento, os Entrevistados 23 e 24 disseram que ainda mantinham algum tipo de ligação com familiares no Distrito Federal e em seus estados de origem.

Fora da área do acampamento, mas nas proximidades da Av. Elmo Serejo, o Entrevistado 32 também contava com a presença da irmã, que morava em uma quadra próxima à sua barraca improvisada. O convívio entre ambos era constante, além de tomarem café da manhã juntos periodicamente. Na região central de Ceilândia, diferente da Entrevistada 25 que não possui contato com a família no Maranhão há muito tempo; e do Entrevistado 27, há dois anos sem relação com a família por ter perdido o telefone, as demais demonstraram o contrário. Apesar da perda da mãe ser um fator que contribuiu para seu afastamento familiar, o Entrevistado 28 conseguia manter seu vínculo com a irmã em constantes idas à sua casa no Sol Nascente. A Entrevistada 26 também mantinha idas periódicas à casa de sua mãe.

As duas pessoas entrevistadas em Águas Claras também possuíam relação com familiares. O Entrevistado 29 com telefonemas à mãe e o Entrevistado 30 com as constantes relações com o irmão no Distrito Federal. Não havia, portanto, apenas rupturas. Em diferentes casos, como o do Entrevistado 28 e o da Entrevistada 26, há um movimento pendular, uma circulação entre casa e rua, mantendo uma habitação entre esses espaços. Muitos desses distanciamentos ou movimentos pendulares são consequências de conflitos familiares, frutos de intensas discussões por conta do uso de drogas, álcool, entre outros fatores. Em vários casos, a relação conflituosa é amenizada com a ida para a rua. Diversos interlocutores afirmam, em diferentes momentos da pesquisa, que suas ações seriam uma “válvula de escape” para se sentirem “em paz” diante de alguns conflitos familiares (CORDEIRO, 2018:42). Assim, o distanciamento - sobretudo do espaço da casa - e não o rompimento das relações familiares seriam os meios de amenizar conflitos.

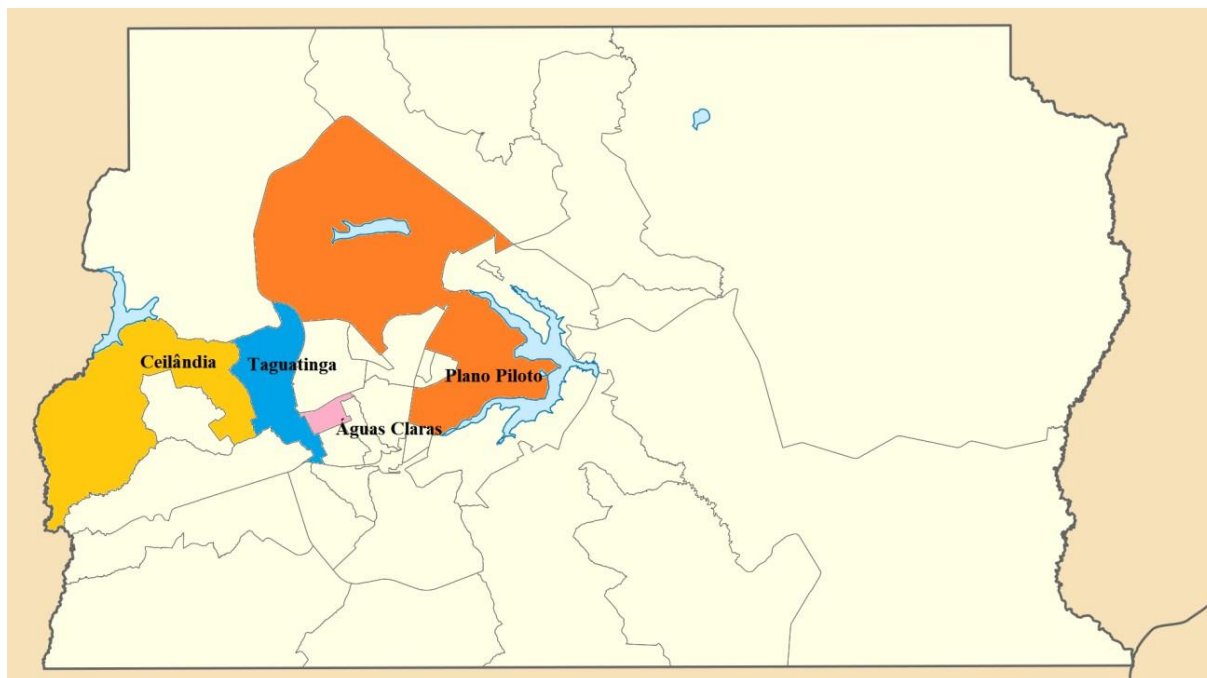
3.3. A construção dos territórios de rua

A concepção de territórios de rua está estritamente relacionada aos tipos específicos de relações sociais que são configurados nos espaços a partir da mobilidade da população de rua. As trajetórias de rua foram notadas estrategicamente a partir de suas relações com espaços públicos, sociabilidades e lógicas de ocupação. O processo de territorialização está muito ligado aos meios de obter renda, redes de solidariedade, uso de substâncias, serviços de assistência e conexões com casas de familiares e amigos. As regiões da pesquisa em Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto têm essas características.

Águas Claras não possui um centro comercial. A rede de comércio é dispersa, o que impossibilita a construção de territórios de rua com foco nesses espaços. Nesse sentido, as pessoas em situação de rua nessa região também ficam mais dispersas pelas diversas quadras existentes.

O centro de Ceilândia, Taguatinga e a rodoviária do Plano Piloto, em conexão com o Setor Comercial Sul, possuem características semelhantes quanto à rede de comércios e mobilidade urbana. Embora apresentem dinâmicas parecidas, guardam especificidades.

Figura 9 - Regiões Administrativas em que ocorreram as entrevistas



Fonte: Elaboração com base no mapa do Distrito Federal. IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)⁹

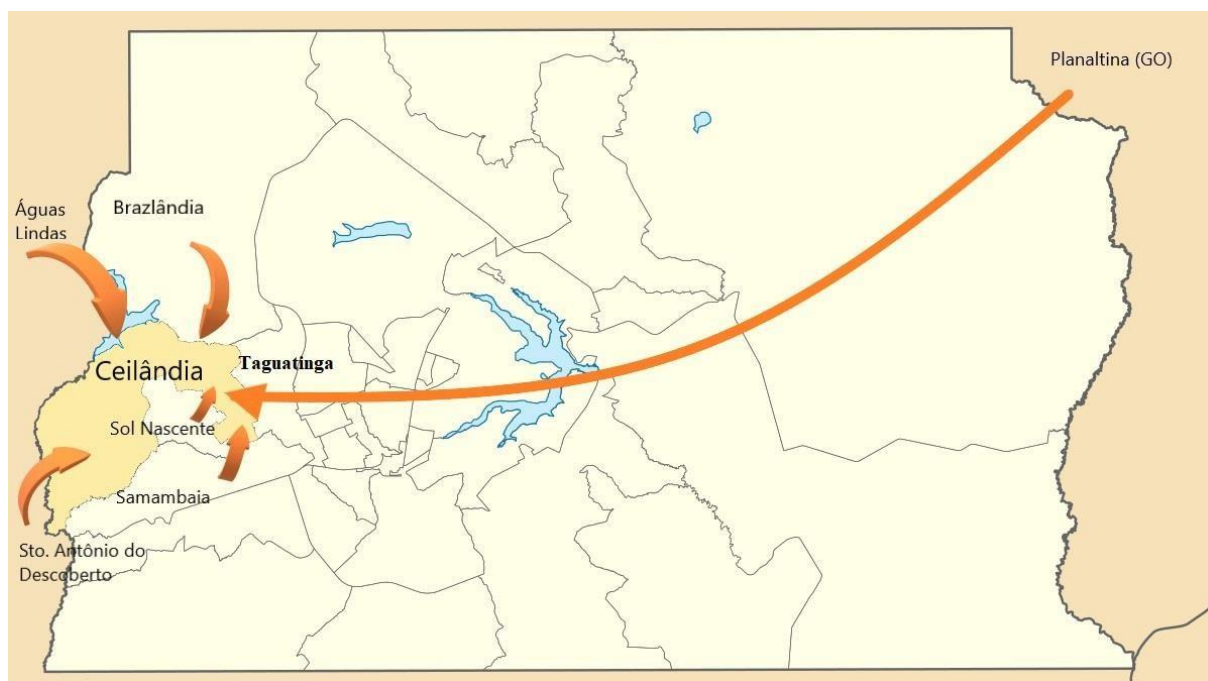
Em Ceilândia, há, pelo menos, duas dinâmicas distintas da circulação de pessoas em situação de rua: a da região central, fortemente ligada à rede de comércios, restaurantes, estacionamentos públicos; e o acampamento da Av. Elmo Serejo, com característica de concentração sazonal ligada à obtenção de renda, vendas, coleta de material reciclável, doações por motoristas, transeuntes e instituições filantrópicas. Além disso, há uma circulação de pessoas em Ceilândia em conexão com as demais Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Há circuitos mais fechados – com pessoas que circulam unicamente nessas regiões – envolvendo Ceilândia, Sol Nascente, Setor O, Brazlândia, Samambaia, Taguatinga e cidades do entorno, como Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, ambas em Goiás, (Figura 10), com exceção de Planaltina (GO) que fica no extremo oposto do entorno do Distrito Federal. Esse último caso é estritamente relacionado à sazonalidade.

Em Taguatinga centro, onde há circulação de pessoas de outras regiões do país, os circuitos envolvem, principalmente, Ceilândia, Pistão Sul, Samambaia, Vicente Pires, Águas Claras e Guará. O Plano Piloto se diferencia por seu circuito mais amplo, envolvendo praticamente todas as RAs, cidades do entorno e, principalmente, como entrada para as pessoas oriundas de demais estados, com maior incidência desse último tipo de trajetória, seja por curtos ou longos períodos, passagem ou como destino.

⁹ A linha vermelha no mapa do Distrito Federal representa o percurso de rua dos entrevistados pela pesquisa.

Figura 10 - Fluxos percebidos em Ceilândia



Fonte: Elaboração com base no Mapa do Distrito Federal. IPEDF/UNFPA. Pesquisa população de rua (2022)

Essa construção de territórios se configura com o tempo, espaço, equipamentos urbanos e o compartilhamento de informações. Nesse sentido, as pessoas circulam também para obter um desenho das possibilidades. As dinâmicas das relações, os conflitos e as amizades ajudam nesse contexto, bem como a socialização de substâncias, compartilhamento de informações e modos específicos de se viver na rua e da rua. Como exemplo, o Entrevistado 12, em passagem por Taguatinga, afirmava que sua jornada inclui um caminho de aprendizado na arte de rua, porque procurava socializar com outras pessoas que também desenvolviam as mesmas atividades nos sinais de trânsito: “na arte de rua, eu procuro aprender com outras pessoas [as diferentes técnicas]”.

Como esse processo envolve os usos dos espaços, o Entrevistado 14, nas proximidades da Praça do Relógio, salienta que “gosto daqui porque é sossegado e calmo [para dormir], mas mais por conta das doações e a movimentação das pessoas, gosto de lugar movimentado”. Considerando que as pessoas em situação de rua rotineiramente transitam por regiões específicas relacionadas à recurso, redes de assistência e sociabilidades, a suposta regularidade e frequência nesses espaços e no conhecimento compartilhado sobre as funções e utilidades desses locais, podemos pensar no conceito de “circuito” apresentado por Magnani (1999) como a possibilidade de:

Identificar um conjunto de estabelecimentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de algum serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos, contudo, em sua totalidade, pelos usuários habituais (MAGNANI, 1999, p. 68).

A totalidade diz respeito aos lugares de referência dos “vínculos e pactos que estabelece com a dinâmica cultural em que está inserido – com o ritmo, as instituições e a paisagem da metrópole” (MAGNANI, 1999, p.14). Mapear esses percursos é de suma importância, já que estes se apresentavam dentro do modo de viver dos moradores de rua como um conjunto de atividades e comportamentos que formam um circuito delimitado na metrópole a partir dos recursos que esses espaços dispõem: a localização, circulação de pessoas, tipos de trabalho, venda ou coleta de materiais recicláveis, estacionamentos

públicos, redes de comércio e restaurantes, banheiros públicos, lagos, córregos e áreas verdes, as torneiras disponíveis, sejam em postos de gasolinas, universidades e casas de moradores, tomadas em postes públicos, materiais para a bricolagem de suas barracas e demais artefatos também fazem parte da construção desses territórios de rua.

4. CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO: OS USOS DA RUA

4.1. Táticas nas escolhas e vivência nos espaços

A relação com os espaços também apresenta diferentes características, a depender das trajetórias individuais ou coletivas, no caso de grupos e famílias. Embora existam relações mais estritas com espaços específicos nas ruas, com a permanência prolongada em territórios conhecidos para recursos, doações, trabalho, sociabilidades e relação com instituições filantrópicas e estatais, há, de igual modo, pessoas que estão por passagem, transitando em diferentes espaços, lugares, regiões e cidades. Nesse último caso, geralmente se apresentam como andarilhos, trecheiros ou viajantes.

Figura 11 - Local de formação de grupos



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Todas essas trajetórias de rua conectam-se em diferentes níveis com os territórios, em pequena e grande escala, por períodos de turnos, dias, semanas, meses ou anos. O Entrevistado 4 relatou que a rodoviária do Plano Piloto era “melhor para sair para outros cantos”. De igual modo, o Entrevistado 29 se deslocou do Paraná para passar uma temporada em Brasília e já havia circulado por outros lugares do Distrito Federal, trocando constantemente seus locais de pernoite, quando a pesquisa teve acesso a ele em Águas Claras:

Estava [dormindo] em Samambaia e agora estou dormindo aqui [...]. Para segurança do local, é bom escolher onde tem câmeras e longe de pessoas que usam drogas (Entrevistado 29).

Cada circulação possuía sentidos e funções com regularidades nos espaços, como os critérios para escolha dos ambientes de descanso, definidos segundo o silêncio e o nível de movimentação no ambiente. Toda essa dinâmica envolvia um conhecimento dos lugares e seus possíveis usos. O exemplo do Entrevistado 7, na cidade à procura de emprego, já destacava certa praticidade que a rodoviária e a região central de Brasília proporcionaram a ele em apenas quatro dias de rua. Mapeando a região, percebeu que os equipamentos

urbanos disponíveis, tais como shoppings, comércios, banheiros públicos e redes de transporte lhe seriam úteis.

O Entrevistado 7 estava criando uma dinâmica de construção de territórios pelas pessoas em situação de rua que lhes permite identificar os locais onde podem procurar por alimentação, benefícios sociais, meios de gerar renda, doações, entre outros. Tais locais (instituições, restaurantes, comércios) eram socializados entre as pessoas, que descreviam aos demais por onde andavam e onde encontravam determinadas coisas. Os entrevistados destacaram repetidamente que a movimentação de pessoas nos espaços era um fator importante para circularem neles: “com mais gente, mais movimentos para receber doações”. Assim, espaços movimentados eram sempre a principal opção. Nessa lógica, as demais quadras comerciais do Plano Piloto faziam parte do horizonte de possibilidades.

O Entrevistado 1 destacou que já esteve em outras regiões do Distrito Federal em situação de rua: vivia na região central do Plano Piloto em conexão com o SCS, seja por suas relações de amizade, afeto, mas, sobretudo, por sua lógica de utilização dos espaços para conseguir renda e demais recursos disponíveis. Já o Entrevistado 13 assinalou que estava no SCS de passagem, mas que se deslocava por toda a região central coletando material reciclável. Na rodoviária do Plano Piloto, foi perceptível essa circulação pendular em diferentes direções, mas com retornos para esses locais-chave de suas sociabilidades, como a própria rodoviária e o SCS, como destacou o Entrevistado 8:

Sim, já dormi no SCS, Asa Norte, Asa Sul. Fico onde eu achar melhor [...]. Sempre gosto de vir para a rodô (*sic*) e o setor [Comercial Sul] (Entrevistado 8).

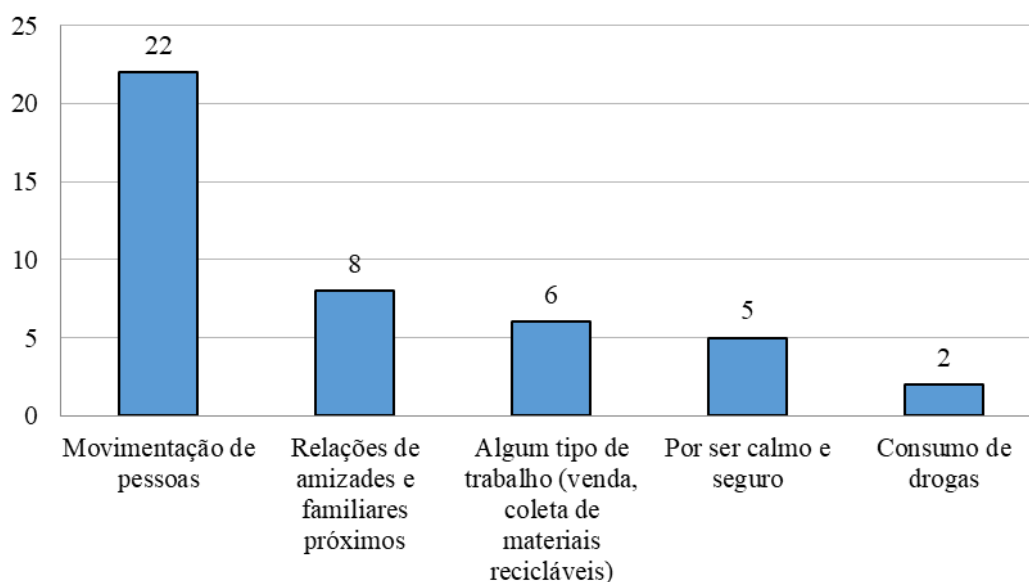
Essa inconstância nos espaços se devia, além da incessante procura por renda, benefícios sociais, relações de amizades e circuitos entre casas de familiares, por sociabilidades que não estavam isentas dos conflitos causados nesses espaços, como frisou o Entrevistado 6 na explicação dos motivos sobre deixar de dormir na rodoviária do Plano Piloto:

Em questão de roubo, a rodoviária tá (*sic passim*) pior que a praça da Sé [em São Paulo]. Rapaz... não pode vacilar, não. Roubaram meus documentos [...]. Já dormi na rodoviária, mas eu tô dormindo aqui [em uma parada de ônibus e no gramado da esplanada] faz um tempo (Entrevistado 6).

As motivações pelas escolhas dos lugares eram diversas, que incluíam a ponderação dos conflitos de diferentes ordens, mas com certa regularidade nas causas. Por outro lado, a rodoviária também era um espaço de acolhida por motivos positivos: a Entrevistada 2 destacou a rodoviária como lugar escolhido para cuidar de suas necessidades fisiológicas e de higiene: “mais fácil para escovar os dentes, tomar banho”. A Figura 12 elenca as principais motivações da escolha dos espaços relatadas pelas pessoas entrevistadas.

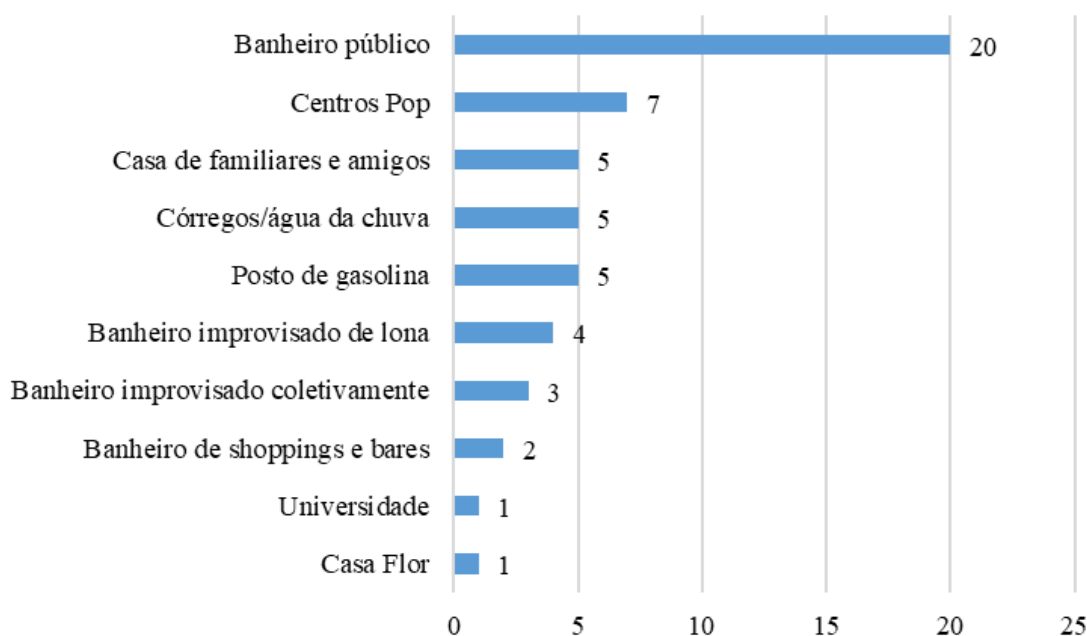
A higiene pessoal em banheiros públicos, torneiras acessíveis, casa de amigos e familiares, córregos, universidades, apresentava conexão com os territórios, mas também com relações sociais de diversas ordens: “amigos no setor”, “porque gosto”, “porque tenho um amigo próximo”, “por conta do uso de drogas”, “porque é melhor para coletar material reciclável”, que foram descritas como significativas (Figura 13). Na rodoviária do Plano, segundo a Entrevistada 2, “é melhor para conseguir um trocado, alguma coisa para comer”. Na Praça do Relógio, conforme a Entrevistada 15, “é bom demais”. Aqui, você tem de tudo. A igreja traz comida todo dia”. Em Ceilândia Sul, segundo o Entrevistado 23, “é melhor, as pessoas são mais humildes para efetuarem doações”.

Figura 12 - Motivações para a escolha da localização atual



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Figura 13 - Local de realização da higiene pessoal



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

O Entrevistado 23, embora saiba que no acampamento há a possibilidade da obtenção de alimentação e roupas, possui um trabalho nas proximidades de cuidar de carros estacionados em um supermercado no PSul. De igual modo, levava em consideração detalhes dos pontos para armar sua barraca, sobretudo “porque [aqui] é mais frio quando tá (*sic passim*) calor, quando tá chovendo tem que deixar bem debaixo do viaduto”. Ele compreende que as mudanças na temperatura e clima estão entre os critérios significativos para a localização de sua barraca.

Outra relação bem peculiar com o espaço é a de Entrevistado 27, que está na Ceilândia centro, próximo à estação do metrô, por conta de uma ocupação de um terreno próximo, embora viva na região coletando materiais recicláveis. O Entrevistado 28 destacava sua relação com a casa da irmã no Sol Nascente para circular apenas por Ceilândia. Entretanto, não somente a região central fazia parte de seu circuito, mas a norte e sul, de igual modo, possuíam funcionalidades para o seu retorno.

O Entrevistado 32 possuía uma rede de relações sociais em Ceilândia Sul, incluindo uma irmã que mora em uma quadra próxima. Essa rede também está ligada com sua aquisição de renda, através de “pequenas prestações de serviços gerais”. O Entrevistado 30 disse que estava em Brasília por conta de seu irmão que morava na cidade, circulando por Águas Claras por ser mais tranquilo e bom para doações. A Entrevistada 26, vivendo entre idas e vindas à casa da mãe no Setor O, circulava na região central e norte de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga Norte. Embora vivesse nesses locais, realizava sua higiene pessoal “na casa da minha mãe mesmo e em banheiros públicos”. Existiam motivos para o retorno à região central de Ceilândia, além da casa de sua mãe nas proximidades:

“Pelas amizades, doações e pelo manguêio. Aqui, dá para manguêar. Aqui eu consigo receber mais doações das pessoas [...]. Eu ando por essas partes aí [apontando para o sentido da Ceilândia Norte] de manhã, peço por aqui pela região da feira mesmo [...]. O local tem que tá (*sic*) calmo [...] seguro [...]. Prefiro dormir com amigas. Mas não é sempre que a gente dorme na rua, não.” (Entrevistada 26).

Essas relações de amizade fortalecem a continuidade nos percursos. A Entrevistada 25, de passagem por Ceilândia Centro, destacou um pouco essa relação dos espaços e a realização da higiene pessoal: “[eu tomo banho] em postos de gasolina, em hotel. Dou um jeito!”. O “dar um jeito”, um improvisado, é questão de sobrevivência nas ruas. Ela frisava que não passava fome e que realizava suas refeições a céu aberto de forma improvisada:

“Eu como bem [...]. Às vezes eu faço comida na rua com um fogão improvisado.”
- Tem algum dia da semana com atividade específica?
“Não, todo dia é dia.” (Entrevistada 25).

O Entrevistado 29, assim como a Entrevistada 25, apontou para a inconstância dos horários, turnos e atividades nas ruas, pois, segundo ele: “não tem muita rotina diária, não. É o que dá na telha. Você vai procurando uma padaria para comer...”. Dessa forma, a temporalidade da rua mostrava a falta de rotina, já que a circulação pode ser tão intensa que a relação do tempo se tornava outra, como afirmou a Entrevistada 25: “às vezes eu fico três dias sem dormir [...]. Quando vou dormir, apago”. Suas diferentes falas podem ilustrar a lógica dessas circulações nas ruas. Como exemplo de um desses movimentos em Taguatinga, o Entrevistado 19 destacou que, embora mudasse de local para dormir, sua mobilidade continha lógica, sobretudo relacionada às suas relações sociais de amizade:

Não tenho rotina certa, não. Hoje eu tô (*sic passim*) aqui, depois tô lá pela Samambaia sul, depois volto de novo pro Pistão Sul [...]. No Pistão eu tenho amigos (Entrevistado 19).

Nos acampamentos, também existia movimentação para escolher os locais onde ficar ou montar as barracas - debaixo de um viaduto, de uma árvore, com intuito de sombra e proteção da chuva. Além de se mudarem de locais próximos, por conta de fatores como inundações nos terrenos afetando os colchonetes, cobertores e roupas dentro das barracas ou mesmo por períodos de maiores doações, como os meses finais do ano, o Entrevistado 21 foi questionado sobre a movimentação da escolha do local para ficar: “Aqui na Ceilândia, as pessoas ajudam muito, tem muita doação”.

A possibilidade de mobilidade pelo território estava relacionada a uma noção de liberdade e autonomia. Liberdade e mobilidade se conjugam na medida que “as pessoas

são livres na condição de serem móveis” (PINA-CABRAL e SILVA, 2013, p.123). A constante circulação nos mesmos espaços são exemplos da delimitação dos territórios, que está em constante construção.

A mobilidade, nesse contexto, possibilita o conhecimento constante do ambiente em que viviam e, através dela, acompanhavam as incessantes transformações dos espaços urbanos. Os cenários são marcados pela passagem das pessoas e, de igual modo, pela presença delas nos locais. Toda uma materialidade caracteriza os ambientes, a contar com os diversos objetos, papelão, cobertores, colchonetes, lonas etc. Em contrapartida, há inúmeras reações às vidas das pessoas, seja nos preconceitos que enfrentam diariamente, seja nas formas que se desenham nas grades das marquises de prédios em que se abrigam.

4.2. Os recursos de subsistência e a bricolagem

As diferentes ligações que as pessoas possuíam com os espaços públicos como forma de moradias improvisadas - sejam em circulação, temporárias ou mais duradouras - se tornaram mais evidentes com as narrativas. As inserções são subjetivas, relacionadas a valores afetivos, familiares, de amizade, de dependência química e, de ordem pragmática, como subsistência, onde a criatividade se faz presente. Para essa última incorporação, existia a bricolagem e a (in)constância dos objetos. Com diferentes materiais, construía-se as barracas, banheiros, carrinhos, fogareiros, coletores de água, e móveis, embora muitos desses artefatos precisassem ser refeitos quando desgastados, consumidos e removidos.

Figura 14 - Local de instalação das barracas improvisadas em Ceilândia



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Em Ceilândia Sul, as barracas eram improvisadas com lona, cordas, pequenas estacas e tecidos. Com tábuas de madeira, se fazia o piso, cobrindo-o com papelões e colchonetes. Dentro das barracas, sacolas, malas e mochilas guardavam utensílios, roupas e alimentos. Nas adjacências das barracas, *pallets* de madeira davam suporte para a lavagem de itens de cozinha. A água utilizada para as diferentes tarefas era coletada em um posto de gasolina próximo. Sobre essa tarefa, o Entrevistado 21 comentou:

Eu pego esse galão aí de água, essas garrafas e encho tudo lá e venho empurrando mesmo, na força, aos poucos, até chegar aqui. É na luta, na força. Eu e meu filho ajudando a gente consegue trazer (Entrevistado 21).

Os banheiros também eram feitos de maneira improvisada: uma base de madeira e/ou tijolos serviam como piso para escoar a água. A lona envolvia uma estrutura de vigas de madeira amarrada com cordas, que davam sustentação à repartição, de uso individual de cada família, conforme narrou o Entrevistado 21: “criamos um banheiro improvisado com lona, daí dá para tomar banho. Ele é usado por mim e minha família”. Essas construções, assim como as movimentações, também eram constantemente submetidas à inconstância da rua, seja por conta do desgaste pela exposição constante ao sol, chuvas, temporais ou pela remoção por parte dos aparelhos de Estado:

Esses banheiros são removidos pelo povo da Agefis¹⁰ [...]. Às vezes pedem para a gente tirar [os objetos de uso pessoal] e então eles levam [as estruturas de madeira e lona] nos caminhões. Mas, geralmente, como a lona vai envelhecendo por conta da chuva e sol, acaba que ela sempre tem que ser mudada mesmo (Entrevistado 21).

A água não é apenas coletada nos campus da UnB próximos aos acampamentos ou em postos de gasolina, mas por meio da água da chuva, quando baldes são posicionados debaixo de goteiras dos viadutos. A água da chuva era utilizada para a lavagem de roupas e demais utensílios domésticos. Para conseguir água para beber, tomar banho, lavar roupas, a Entrevistada 31 relatou:

A gente faz coleta nas casas, na UnB também quando dá, e no posto de gasolina [...]. Nas casas, a gente passa com as garrafas e eles enchem para a gente. Tem sempre alguém que dá água para a gente quando passamos pelas casas (Entrevistada 31).

Embora muitas pessoas carreguem mochila, objeto que se apresenta como uma extensão dos corpos nas trajetórias de rua, assim como sacolas, os carrinhos de supermercados são, de igual modo, muito presentes, além de representarem a característica da adaptação das pessoas aos locais e às coisas. O Entrevistado 21 transformou uma caixa de geladeira em um carrinho de coleta de material reciclável e água para sua barraca, como mostra a Figura 15.

Figura 15 - Carrinho improvisado para a coleta de água e materiais



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

¹⁰ Acrônimo para Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis).

Em Ceilândia Sul, o Entrevistado 32 constantemente circula por toda região com seu carrinho de mercado como um parceiro inseparável. Com ele, realiza pequenas prestações de serviços na região, como transporte de mercadorias e recolhimento de entulhos. A sua vida estava envolta em recriar modos de sobrevivência, incluindo as formas improvisadas para dormir, trabalhar e de realizar sua higiene pessoal.

Figura 16 - Carrinho improvisado para a prestação de serviços



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

A criatividade também era demandada para o preparo de refeições individuais e coletivas. Entre as principais técnicas relatadas, estão os diversos tipos de fogareiros improvisados, como o da Figura 17. De todas as pessoas entrevistadas que desenvolveram alguma técnica específica para o preparo de refeições, apenas uma afirmou já ter transportado um fogão portátil. Outras vinte e duas descreveram que já improvisaram o preparo de suas próprias refeições. Doze delas não preparavam e nunca chegaram a preparar suas próprias refeições nas ruas.

Figura 17 - Fogareiro improvisado no acampamento da Avenida Elmo Serejo, em Taguatinga



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Em relação à alimentação de forma coletiva, vinte e sete pessoas relataram que, em algum momento, já compartilharam refeições coletivas a céu aberto; e cinco disseram nunca ter feito refeições em grupo. As refeições coletivas são, comumente, feitas de forma improvisada, com pedras e madeiras. Essa dinâmica faz parte de uma constante bricolagem das formas criativas de habitação nas ruas.

Esses momentos de compartilhamento da alimentação são mais que apenas necessidades fisiológicas: são fatores importantes para a sociabilidade das pessoas em situação de rua. Outro aspecto interessante em relação à alimentação é a evidência do não relato da fome. Todas as pessoas entrevistadas descreveram que se alimentam, mas reclamaram da qualidade da alimentação, conforme os trechos dos relatos a seguir:

A comida que o pessoal traz aqui para nós é mais massa: macarrão, salgado, bolo, refrigerante. Eu, particularmente, não como. Eu gosto de preparar minha própria refeição.

Suficiente é, mas não é adequado. Não é alimentação adequada [...]. Gosto de comer verduras, salada, e comer no horário certo (Entrevistada 22).

Sim, fome não é o problema. Na verdade, a gente tem que lutar pela alimentação todos os dias também, porque tem mais que correr atrás, senão fica sem, e daí não vai ter (Entrevistado 30).

Se por um lado as pessoas ingerem conteúdos alimentares, por outro, questionam a qualidade nutricional desses alimentos. Assim como o sono das pessoas estão envolvidos em outra temporalidade, que afeta a qualidade do repouso, a alimentação também fica sujeita a horários incertos e desbalanceados.

4.3. Os acampamentos e o aspecto sazonal

A formação de grupos sazonais está presente nos grupos acampados na região Sul de Ceilândia, com circuitos regulares e composição diversa. Ali, existe a circulação de pessoas e famílias do entorno do Distrito Federal, das RAs vizinhas e movimentos internos por períodos específicos, especialmente no fim de ano, período em que era possível perceber a movimentação da saída e chegada de novas barracas nos acampamentos. O Entrevistado 21 informou que as novas barracas na localidade eram de pessoas que estavam se deslocando de Planaltina de Goiás e de outras pessoas que estavam acampadas na região do PSul (QNP18):

Eu não estava em Planaltina, não. Estive só aqui com minha família, mais para baixo, onde tem aquelas outras barracas ali que você pode ver se for um pouco mais para baixo [...]. Estávamos lá durante quase todo o ano e agora viemos pra cá (Entrevistado 21).

Nesse sentido, havia pelo menos dois tipos de mobilidade para os acampamentos da Av. Elmo Serejo: deslocamentos das RAs vizinhas, tais como Samambaia e Sol Nascente, e de outras regiões, como Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas e Planaltina de Goiás, por exemplo. As pessoas originárias desta última localidade viviam do outro lado da via, ao lado da UnB Ceilândia, sentido Taguatinga centro.

Figura 18 - Acampamento da Avenida Elmo Serejo, em Taguatinga



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Um fator interessante em relação a essa divisão do acampamento nos dois lados da avenida é a dinâmica de recebimento de doações: quando um veículo se aproximava, apenas as pessoas que estavam mais próximas ou na mesma via de abordagem podiam se aproximar para receber. Assim, cada lado receberia as doações conforme a proximidade das barracas em relação ao doador. Igualmente, as barracas mais próximas de onde os carros paravam com doações eram as mais propícias a recebê-las.

Figura 19 - Local do acampamento da Avenida Elmo Serejo, em Taguatinga, após o final de ano



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Quando questionada sobre o tempo que estava lá e quando planejava voltar para o outro acampamento, a Entrevistada 22 disse que ficariam “até o final do ano” e depois retornariam para Planaltina de Goiás. O Entrevistado 21 alegou conhecer a maioria das pessoas que estavam acampadas na região e saber a origem da maioria das pessoas e famílias que ali chegavam. Para conseguir renda, além de vender balas no sinal de trânsito próximo, escolhendo o horário da noite para essa atividade por ter menos vendedores,

relatou que coleta material reciclável, cobre e latinha. Sobre viver no acampamento, afirmou que gostava de viver ali pelos seguintes motivos:

Ah, porque aqui tem muito nordestino, principalmente aqui na Ceilândia. No PSul, é [tem] muito nordestino, e eles não têm medo de ajudar os outros. Quando toca no coração deles, eles ajudam, porque eles sabem, já passaram por isso também [...]. Aqui tem muita gente que gosta de ajudar, mas tem muita também que implica com a gente (Entrevistado 21).

Não somente os Entrevistados 21 e 22 haviam se deslocado de diferentes pontos para passarem o final de ano no acampamento. Enquanto o Entrevistado 21 calculava os dias que iria ficar na região caso conseguisse uma renda significativa nos dias do acampamento para voltar a pagar aluguel ou ter que mudar de região com a queda das doações, a Entrevistada 22 dizia que ela e sua família contavam com datas mais precisas para retornarem ao acampamento em Brasília, Planaltina de Goiás. O Entrevistado 30 relatou: “já dormi num (sic) barraco no PSul, ali embaixo da via [...]. Esse ano eu vim para cá por conta do número de doações, que é maior”.

Esses movimentos por temporada - ou mesmo com retorno e permanência prolongada - fazem parte da dinâmica econômica das famílias e pessoas. Nesse sentido, armazenar cestas básicas e economizar dinheiro também fazia parte dessas estratégias, que incluíam a coleta de doativos, venda de produtos e negociação desses produtos, caso precisassem de dinheiro.

Na Figura 20, é possível perceber dois pontos no mapa que se relacionam com a sazonalidade de períodos específicos do ano. A área demarcada em amarelo se estende do cruzamento de Samambaia Sul (DF-459) com a Av. Elmo Serejo. A área em vermelho demarca o acampamento no viaduto nas proximidades da linha do metrô Ceilândia com a Av. Elmo Serejo. Na primeira, há um maior número de árvores e o posto de gasolina como apoio para coleta de água. No segundo, os acampados contam com a cobertura do viaduto do metrô e coleta de água na UnB Ceilândia. Há, em todo o período do ano, chegadas e partidas de pessoas nos acampamentos, além da circulação entre esses espaços, com um número reduzido de barracas durante os meses de março a outubro e maior densidade entre os meses de novembro a fevereiro, especialmente na área em vermelho.

:

Figura 20 - Locais dos acampamento em Ceilândia sul



Fonte: Google Maps, com grifos da pesquisa (2022)

A sazonalidade também se relaciona com a inconstância das pessoas nos espaços. No entanto, os objetos possuem uma inconstância ainda maior. Fora dos acampamentos, os objetos são passíveis de furtos, se perdem e se desgastam. Há inúmeros relatos de perda de documentos, objetos pessoais, fotografias, amuletos, além do constante desgaste de roupas e utensílios de uso cotidiano.

Nesse contexto, a dinâmica econômica própria dos acampamentos entrava em ação: as cestas básicas recebidas em doações se tornavam objetos de venda para obtenção de dinheiro para comprar objetos indispensáveis ou em falta. Alguns deles não resistiam à constante movimentação e à exposição às intempéries.

Figura 21 - Seleção dos objetos que serão levados como entulho



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Com a circulação de pessoas e coisas, muitos objetos, roupas, colchonetes e demais pertences são abandonados. Na dinâmica entre o que é possível transportar, abandonar e deixar ser levado como entulho (Figura 21), cada pessoa ou grupo familiar desenvolvia estratégias próprias de escolha. Havia, ainda, transporte disponibilizado pela Agefis para aqueles que possuíam alguma moradia ou destinação fora das ruas.

4.4. A aquisição de renda em um campo de possibilidade

Durante toda a pesquisa, foi possível observar que, apesar de estarem em situação de rua, as pessoas não estavam ociosas: a categoria trabalho faz parte do vocabulário e da rotina delas. Há constante movimentação relacionada à aquisição de renda: a venda de balas e artesanato, a vigia de carros estacionados e a coleta de materiais recicláveis. Em todas as regiões da pesquisa, havia estacionamentos públicos disponíveis para que as pessoas em situação de rua pudessem desenvolver a atividade de vigiar carros estacionados. Em muitos desses locais, existiam flanelinhas regulamentados. Contudo, as pessoas ainda podiam contar com muitos estacionamentos sem a presença desses profissionais. Entre as lógicas de sociabilidades existentes para esse tipo de atividade, há regras que são compartilhadas, assim como símbolos que servem para que os conflitos sejam evitados ou amenizados.

Como forma de demonstrar essa ideia de posse e delimitação do território (MARTINEZ, 2011; CORDEIRO, 2018), muitas pessoas colocavam mochilas penduradas

em árvores entre as vagas do estacionamento ou em cima de algum carro, amarravam tecidos ou camisetas em postes sinalizando que outros cuidadores de carros não eram bem-vindos; que a atividade já estava sendo exercida por outra pessoa.

As pessoas entrevistadas exerciam apenas uma atividade ou agiam dentro de um conjunto de possibilidades. Além das diferentes atividades de trabalho, a grande maioria, apesar de manguear, destacava que eram trabalhadoras, inclusive os que não possuíam emprego. A fala do Entrevistado 32 ilustra as diferentes atividades exercidas pelas pessoas que estão nas ruas:

Já trabalhei em Taguatinga, no Guará, no Plano Piloto. Aquele muro do colégio GDF, ponto do hospital, fui eu quem fiz. Já trabalhei na UnB de serviços gerais de obras. Já trabalhei em muitos lugares. (Entrevistado 32).

Apesar da variedade de atividades já exercida pelo Entrevistado 32, atualmente ele atua na região da Ceilândia sul, centro e norte coletando materiais recicláveis. Ele também desenvolve atividades semelhantes às encontradas no SCS: vigiar quiosques e bancas de jornal de madrugada, por exemplo. Ele vigiava alguns balcões e materiais guardados no local de sua atual barraca (Figura 22). Tais modalidades de obtenção de renda oferecem valores irrisórios como pagamentos, chamados de ajuda.

Figura 22 - Local da barraca do Entrevistado 32 e objetos sob sua guarda



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

As pessoas entrevistadas tinham noção de que o trabalho não servia apenas para a obtenção de renda, mas entendiam a atividade como tendo um valor moral e social. Narravam suas experiências de trabalho destacando o desejo por trabalho e as dificuldades impostas pela conjuntura do país à época da pesquisa em relação à mão de obra remunerada. Nesse contexto, destacavam as desigualdades salariais e a baixa remuneração:

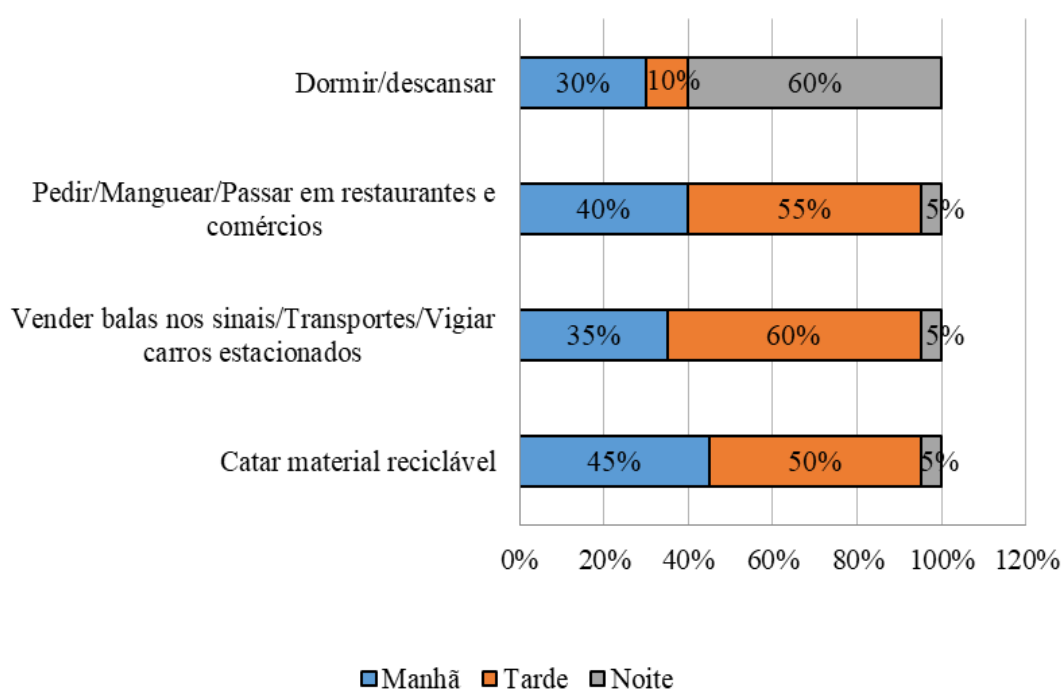
Ah, muita dificuldade, cara, muita dificuldade, falta de oportunidade. Igual... eu já trabalhei fichado e tudo, já trabalhei em três empresas, trabalhei na [nome da empresa] e trabalhei aqui de ajudante. Mas você é um ajudante que trabalha muito e ganha pouco. Então, para mim, isso é falta de respeito, né? Um pedreiro que não faz quase nada e além de você que leva tudo para ele, e ele fica só parado esperando. Você poderia ganhar um dinheirinho bom, mas você ganha menos e trabalha mais. Para mim, isso é desigualdade (Entrevistado 21).

Apesar de ter um carro improvisado para coleta de material reciclável, contar com as doações no acampamento e com a venda de balas no sinal, o Entrevistado 21 era ciente de que esses espaços estavam cada vez mais disputados:

De manhã aqui [na via recebendo doações], né, de noite para o sinal vender balinha. Porque o sinal, de dia, ele é cheio. Então, não adianta ir que você não vai vender nada, porque tá (*sic passim*) muito cheio. E é muita gente vendendo, ali, talvez a mesma coisa. Se for para lá agora trabalhar, vou atrapalhar outras pessoas que estão vendendo as mesmas coisas que eu tô vendendo. Então, espera eles sair pra nós ir. Eles só saem à noite. Sete, oito horas da noite eles estão indo e nós tá chegando (Entrevistado 21).

Grande parte das pessoas entrevistadas afirmou não ter uma rotina específica na rua. As pessoas narraram horários em que diferentes atividades eram desenvolvidas, que estão elencadas por turnos na Figura 23, que ilustra o número de vezes em que esses fatores aparecem nas narrativas, extrapolando o número de entrevistas:

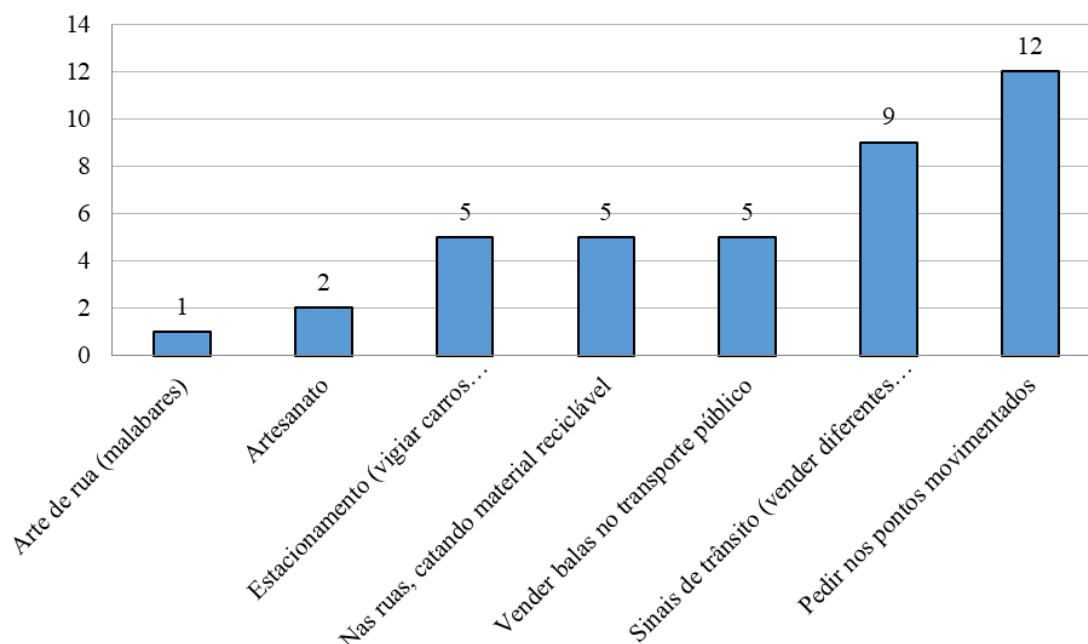
Figura 23 - Turnos da rotina nas ruas



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Quanto às atividades desempenhadas para conseguir renda ou ajuda financeira, todas as pessoas entrevistadas disseram não possuir vínculo empregatício formal. Porém, 22 pessoas desenvolviam alguma atividade remunerada. Além das pessoas que exercem atividades informais para obtenção de renda, doze delas disseram que não possuem renda e nem desenvolvem alguma atividade de trabalho nas ruas, contando apenas com doações. A Figura 24 elenca as principais atividades narradas pelas pessoas entrevistadas.

Figura 24 - Atividades de trabalho exercida nas ruas



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Nesse contexto de trabalho nas ruas, a mochila fazia parte dos itens indispensáveis, já que nela carregavam as mercadorias, sobretudo nos transportes públicos, onde a venda é proibida e os produtos não poderiam estar visíveis. Todavia, os carrinhos de mercado eram outra opção muito recorrente. O Entrevistado 27 fazia de seu carrinho não apenas um instrumento para coleta de material reciclável em Ceilândia centro, mas para guardar diferentes tipos de objetos, alimentos, roupas e animais de estimação – prática observada em todos os espaços percorridos pela pesquisa.

Para a venda de produtos, as pessoas compravam balas, doces, amendoins em lojas de atacado e revendiam nos sinais de trânsito, transportes públicos e nas ruas, passando de porta em porta. Para além desses produtos mais comuns, algumas pessoas alegaram já ter vendido diversos tipos de coisas, como narrou a Entrevistada 33:

Eu já vendi cachorro quente, amendoim, vendi latinha, pipoca, cosméticos, artesanato, bijuterias, cigarros. Eu vendo de tudo (Entrevistada 33).

O Entrevistado 1 também desenvolvia essa atividade de “vender de tudo” para a obtenção de renda: desde produtos importados adquiridos em lojas de atacado para revenda até materiais recicláveis, além do escambo de mercadorias. Nesse contexto, o carrinho de mercado era um apoio indispensável para suas atividades de trabalho. Frisando que o Plano Piloto é uma região sem rua, o Entrevistado 11, alojado no SCS, via como opção mais viável se deslocar do Guará e realizar a atividade de venda abordando as pessoas em suas casas. Segundo ele, essa estratégia vinha dando resultados. A venda desses pequenos itens pode ser acompanhada de um pequeno cartão de apresentação, onde as pessoas contam um pouquinho de suas histórias, os motivos pelos quais estão vendendo os produtos e os valores mínimos que as pessoas podem pagar por eles. Nesses momentos de venda, também era possível manguear para conseguir qualquer ajuda financeira.

4.5. Trabalhar, manguear e pedir

O “mangueio” é uma categoria de rua, corriqueiramente compartilhada entre os diferentes grupos, onde a performance pessoal busca sensibilizar um potencial doador a realizar uma doação. Pedir a alguém é ter habilidade para sensibilizar o outro a ofertar alguma coisa, notadamente dentro de uma dimensão de esforços. Nesse cenário, as pessoas podiam repetir constantemente as mesmas frases e gestos para diferentes pessoas até que, aleatoriamente, pudessem receber alguma coisa. Essa prática fazia parte da adaptação das pessoas às ruas, visto que, em um momento ou outro, esse tipo de atividade se impõe às necessidades relacionadas à alimentação, principalmente.

Embora esses esforços no mangueio sejam do conhecimento de todas as pessoas entrevistadas, muitas delas separam o trabalhar do pedir. Em outro momento da pesquisa, um interlocutor ponderou que todas as dimensões dos trabalhos nas ruas não deixavam de estarem sujeitos também à noção de pedir, visto que, segundo ele, “na rua se pede para cuidar dos carros estacionados, se pede para comprar alguma coisa, se pede comida. Então, tudo é pedir”. Apesar disso, é importante destacar que há uma relação moral com a doação, especialmente a que é feita em dinheiro. Várias pessoas entrevistadas relataram que, ao invés de receberem o dinheiro que pediram para a compra de alimentos, foram levadas até restaurantes e lanchonetes, ficando o doador incumbido da compra.

Entre desenvolver alguma atividade de trabalho ou pedir, havia os que preferiam apenas manguear para conseguir renda. Entretanto, há pessoas que pensam o contrário, como exemplificou o Entrevistado 1:

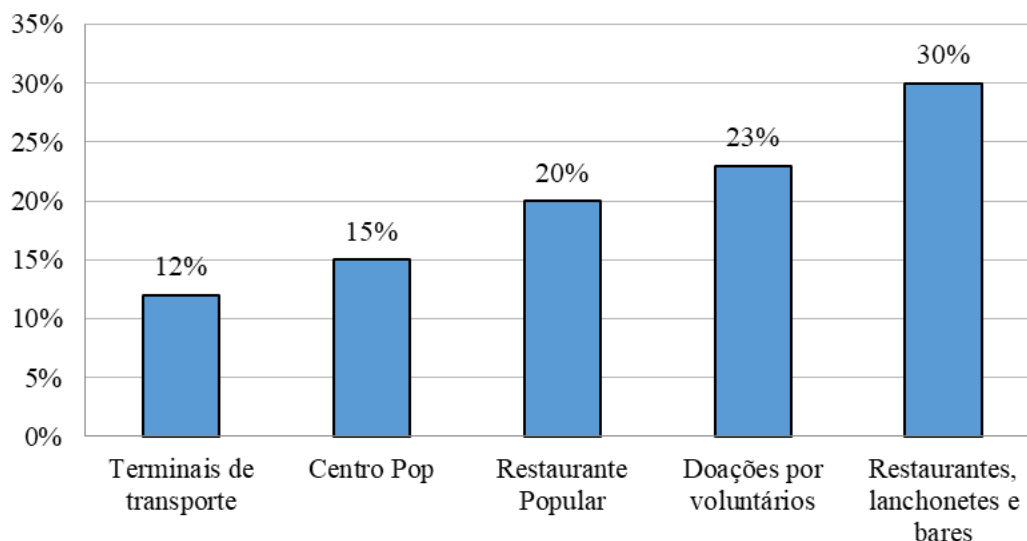
Mesmo quando eu não tenho dinheiro, eu tô no corre, como dizem aí... Na procura dele. Eu prefiro fazer meu serviço, vender minhas coisas do que pedir. Só peço quando é a última opção mesmo, daí eu peço (Entrevistado 1).

Essa última opção à qual o Entrevistado 1 se refere geralmente está relacionada com a necessidade de comprar refeições, medicações ou de simplesmente conseguir dinheiro, já que, com ele, existe a possibilidade de escolher o que comprar: “já pedi, mas não é sempre que peço não, só quando eu quero uns trocados mesmo” (Entrevistado 30).

É importante destacar que a alimentação é algo intrigante nas ruas: se por um lado a fome não aparece como uma questão central por parte das pessoas, por outro lado, não deixam de narrar a preocupação com a insegurança alimentar e a má alimentação (relacionada com a alimentação fora de horário e a qualidade do alimento obtido), apesar de várias relatarem poder contar com doações de restaurantes, lanchonetes e bares que lhes oferecem algum tipo de refeição. Além de doações por voluntários que distribuem refeições nas ruas, os restaurantes comunitários e o Centro Pop eram alternativas para a obtenção de alimentos. A Figura 25 elenca todas as alternativas de obtenção de refeições por parte das pessoas entrevistadas.

Nessa dinâmica, existe a atividade conjunta de pedir para as pessoas comprarem algo para si ou doarem, recorrente nas pastelarias da rodoviária do Plano Piloto: a pessoa que chegasse primeiro sentava-se em frente ao caixa, sem atrapalhar o atendimento dos clientes, e aguardava que esses fossem atendimento para, então, pedir, visando o troco que os clientes estavam recebendo (Figura 26). Observando essa dinâmica foi possível perceber que as moedas recebidas eram trocadas por notas com os caixas dos estabelecimentos ao final do dia, fazendo com que as moedas retornassem aos caixas, possibilitando o troco do mangueio do dia seguinte, fato observável em Cordeiro (2018:135).

Figura 25 - Locais de aquisição de alimentos ou refeições



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Figura 26 - Mãe e filha sentadas próximo ao caixa de uma pastelaria na rodoviária do Plano Piloto



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Usando as mesmas estratégias que as pessoas da Figura 26, a Entrevistada 2 estendia a mão aos transeuntes e clientes que se aproximavam dos caixas dos comércios, pedindo alguma ajuda. De modo semelhante, na Praça do Relógio, os Entrevistados 14 e 15 contavam com a movimentação constante de pedestres na esquina onde dormiam, próxima a comércios. Bastava estenderem as mãos para que o ato de pedir fosse efetuado. Durante a pesquisa, foi possível presenciar o Entrevistado 14 recebendo algumas doações de alimentos e dinheiro. Sempre sorridente, agradecia balançando com a cabeça em sinal de positivo e de gratidão, acompanhado dos dizeres “muito obrigado, Deus te abençoe!”, repetida sempre que alguém se aproximava com alguma doação.

De igual modo, as pessoas do SCS ficavam sentadas nas calçadas dos prédios comerciais e bancários abordando os transeuntes que se aproximavam com bilhetes contendo frases curtas, como: “estou desempregado, me ajude com algum trocado. Qualquer valor é de muita ajuda”; ou com o uso de cartazes, que eram afixados nos carrinhos ou mostrados com as mãos. O Entrevistado 6, por exemplo, pediu para que fosse fotografado com sua plaquinha pedindo doações via Pix (Figura 27).

Figura 27 - Cartaz de papelão com pedido de ajuda



Foto: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Na rodoviária do Plano Piloto, a pesquisa conseguiu conversar com um senhor que carregava moedas nas mãos e as sacudia enquanto fazia sinal com os braços pedindo ajuda às pessoas que passavam. Não foi possível presenciar alguém fazendo doação. As pessoas apenas balançavam a cabeça como sinal negativo, enquanto outras não se manifestavam ou ignoravam o pedido de ajuda. Sobre sua insistência, o Entrevistado 34 afirmou que:

Tem que pedir né, tem que tentar... algumas [pessoas] dão uma moeda, um trocado, mas outras até te xingam, te mandam ir trabalhar, mas esse aqui é meu esforço, minha luta. [...] Tem muita gente de coração ruim, mas tem muita gente boa, que ajuda (Entrevistado 34).

A fala do Entrevistado 34 simboliza uma luta diária para a realização de atividades que visam gerar dinheiro para o sustento pessoal. Nessa luta para desenvolver atividades de subsistência, as pessoas em situação de rua manifestavam noções próprias de trabalho, além de existir um peso moral sobre a condição do pedinte, pois desenvolver alguma atividade de trabalho era mais bem-visto do que a simples ação de pedir.

5. REDES DE SOLIDARIEDADE: INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES

5.1. A teia de solidariedade

Nas regiões em que a pesquisa foi realizada, observou-se que não somente indivíduos se deslocavam até os espaços em que há pessoas em situação de rua para realizar doações de alimentos, roupas, cobertores, mas também instituições filantrópicas, como igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs), centros espíritas e coletivos de pessoas que se unem para ações de caridade e filantropia.

Essas ações foram pontuadas pelo Entrevistado 11, que afirmou que “aparece muita comida, janta, lanche...”. Por outro lado, o Entrevistado 1 relatou que tais instituições:

“Doam uma roupa, um cobertor. Tem dia que é demais, mas tem dia que não tem” (Entrevistado 1).

O destaque do Entrevistado 1 revela a dimensão da inconstância das coisas na rua, fazendo com que doações entrem em um campo de incertezas, seja pelos imponderáveis da vida ou mesmo pela conjuntura do período. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19 afetou essa dinâmica, sobretudo porque parte das doações são realizadas em lugares movimentados, como rodoviárias, praças públicas e quadras comerciais.

Em Taguatinga e Ceilândia não era diferente. Havia movimentação de diferentes doadores, sobretudo de igrejas e motoristas que passam nas vias. As igrejas realizam cultos nos locais e doam refeições, cestas básicas, entre outras coisas. Tais doações, como já mencionado neste trabalho, fazem parte da base econômica de algumas famílias e indivíduos, como destacou a Entrevistada 31:

Sim, as pessoas doam cestas básicas, sempre tem doação, dá para a gente acumular e guardar para manter a gente durante um tempo, entendeu? Com essa situação difícil que tá (*sic*), essas doações ajudam muito (Entrevistada 31).

Em um desses momentos de conversa com as Entrevistadas 22 e 31, irmãs, foi possível presenciar uma doação. Um carro se aproximou pela via e, acenando, pedia para que se aproximassem. Na ocasião, outro detalhe ficou evidente, pois a Entrevistada 31 pediu para que a sobrinha corresse para pegar a doação. Questionada sobre o fato de não ter uma divisão das coisas que chegavam, ela afirmou que:

É de quem pegar primeiro, então tem que correr e pegar. Ficar atento. Senão somente uns ficam pegando as coisas, se ficar de bobeira (Entrevistada 31).

- Mas vocês nunca tentaram organizar essas doações, pegar tudo e depois ir dividindo, ou então de quem já pegou não pegar em seguida?

Tentar até já teve tentativas, mas gera é briga e discussão. Então, fica assim mesmo de quem chegar primeiro e pegar (Entrevistada 31).

Embora as coisas fossem passíveis de compartilhamento, essa regra mantinha uma dinâmica na recepção das coisas que chegavam. Entre as coisas recebidas que podem ser compartilhadas, na região da Praça do Relógio, os Entrevistados 14 e 15 tinham práticas semelhantes: podiam socializar alimentação, por exemplo, mas as doações em dinheiro

eram apenas de quem as recebeu. Os entrevistados citados destacaram essa qualidade que o local da região central de Taguatinga possuía: uma rede de solidariedade de pessoas e instituições. Comentando um desses momentos, a Entrevistada 15 disse que a região era “boa demais. Aqui a gente tem de tudo. Tem igreja que traz comida toda noite”. O Entrevistado 14 complementa: “já comi um lanchinho que recebi. Uma moça bonita passou aqui e me deu”.

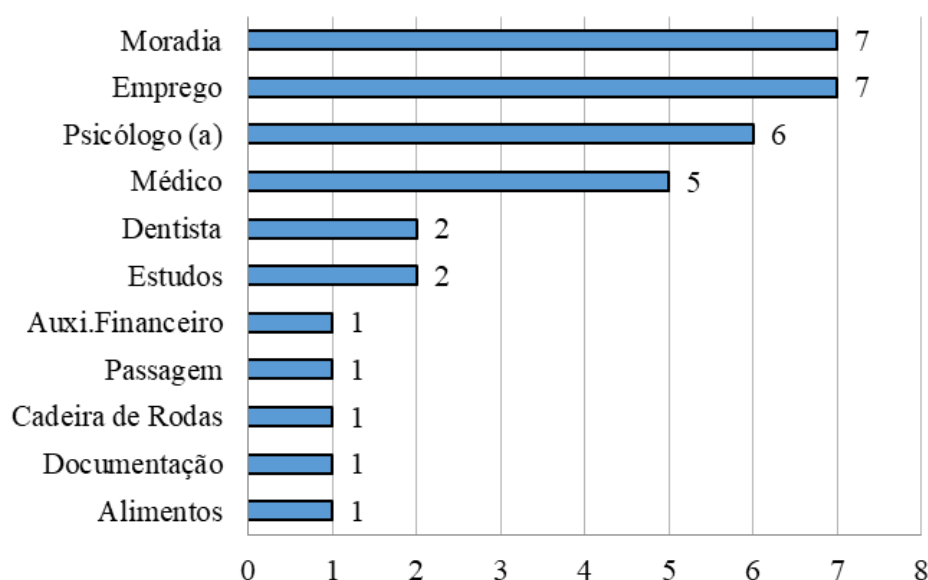
5.2. A circulação por redes de assistência

As pessoas entrevistadas citaram diferentes instituições das quais já receberam algum tipo de atendimento, seja para cadastro de benefícios sociais, busca por atendimento de saúde - sobretudo psicológico -, de caridade, abrigos, comunidades terapêuticas, entre outras. A circulação por essas instituições também dizia respeito à higiene pessoal, alimentação e para guardar objetos pessoais, esse último se referindo, especialmente, aos Centros Pop. Além da possibilidade de cadastro em benefícios sociais, corriqueiramente citavam a instituição como um espaço para banho, lavagem de roupas e alimentação.

Todos esses tipos de necessidades cotidianas também eram realizados nos espaços públicos, inclusive por pessoas que frequentavam a instituição. Nesse sentido, havia também usos de forma intercalada com outros ambientes para fins específicos, no caso de banho e lavagem de roupas, por exemplo. De igual modo, outras instituições filantrópicas, como as ligadas à igreja católica, também serviam para tais fins.

Entre as pessoas ouvidas pela pesquisa, vinte e três pessoas disseram já ter sido atendidas na instituição, enquanto onze disseram nunca ter recebido atendimento nos Centros Pop – em sua maioria, pessoas entrevistadas em Ceilândia. As pessoas circulavam por diversas instituições, com demandas diversificadas. Questionadas sobre quais serviços destacariam como prioritários entre os que gostariam de receber, moradia, emprego, psicólogo e médico se destacam como os mais desejados. A Figura 28 elenca as principais respostas.

Figura 28 - Serviços demandados pelas pessoas em situação de rua

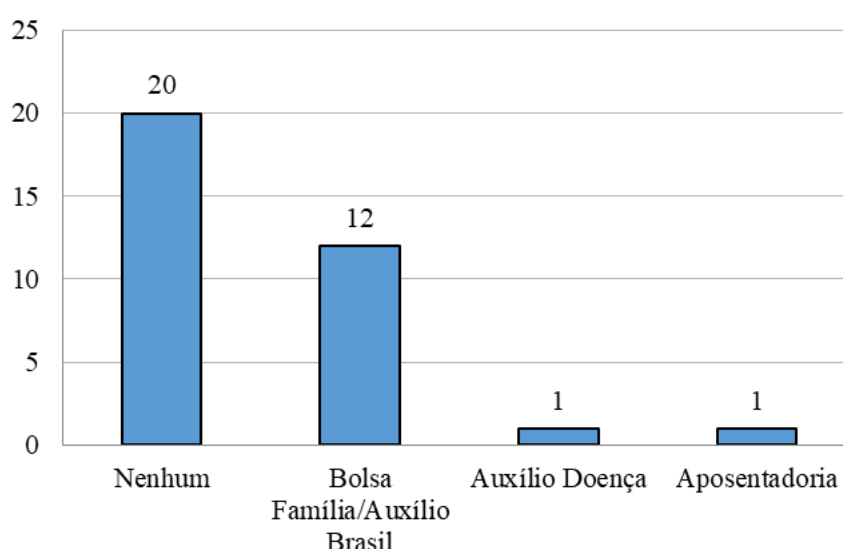


Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Como pode ser percebido na Figura 28, 7 pessoas disseram que precisavam de moradia; 7 responderam que seriam o emprego suas prioridades no momento; 6 querem atendimento psicológico; 5 atendimentos médico; 2 afirmaram que precisam de dentista; 2 destacaram os estudos; 1 auxílio financeiro; 1 uma passagem para outro estado; 1 uma cadeira de rodas; 1 documentação; e 1 alimentação. Nesse conjunto de demandas, as pessoas demonstravam saber muitas informações sobre os serviços assistenciais do Distrito Federal, inclusive as que estavam de passagem por Brasília.

A maioria das pessoas receberam, pelo menos, as primeiras parcelas do auxílio emergencial e a vacinação contra a Covid-19. A pesquisa quis saber ainda sobre que tipo de serviço de assistência social as pessoas recebiam. Vinte e uma pessoas disseram que não recebem nenhum tipo; doze responderam que recebem o Bolsa Família (Auxílio Brasil); uma afirmou receber o auxílio-doença; e outra aposentadoria (Figura 29).

Figura 29 - Benefícios sociais recebidos pelas pessoas entrevistadas



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Entendendo que a pandemia afetou essa circulação por redes de assistência, a pesquisa procurou saber como esse período afetou as vidas das pessoas em situação de rua. Nove pessoas afirmaram que a pandemia não lhes afetou em nada; oito disseram que foi a falta de trabalho e desemprego que mais pesou na pandemia; cinco afirmaram que diminuiu o número de doadores e de doações; e quatro pessoas não souberam dizer. Duas afirmaram que perderam seus aluguéis, duas alegaram falta de dinheiro nesse período; uma destacou a alta dos preços de produtos e alimentos; uma afirmou ser a pandemia que havia lhe colocado em situação de rua; um destacou o distanciamento da família; e um, na contramão das outras narrativas, disse que aumentou o número de doações.

Sobre o “não afetar em nada”, essa resposta estava relacionada às suas condições sociais - como moradia e qualidade de vida - não terem sofrido muitas alterações. As narrativas também dizem respeito à não contaminação pela Covid-19. A maioria das pessoas entrevistadas informaram ter tomado a dose única contra a Covid-19. Contudo, não há dados quanto à testagem e tipos de contaminação às quais as pessoas estiveram sujeitas vivendo nas ruas.

Sobre a relação das pessoas com diferentes instituições, a Entrevistada 15 narrou que frequentava algumas igrejas para receber doações, porque gostava dos cultos e por

poder dormir em algumas delas: “às vezes eu vou à igreja, mas às vezes eles fazem é me expulsar de lá. [...] Sim, eu estava dormindo em uma igreja [em Ceilândia] e o pastor pediu pra eu sair de lá”. A constante circulação por espaços também era passível de conflitos, como também afirmou O Entrevistado 30 ao relatar uma constante ida a um determinado estabelecimento: “tem gente que pergunta: você aqui de novo? Já veio ontem, agora todo dia?” Nesse contexto, as instituições especializadas também são mencionadas como usos mais específicos. A reconfiguração reforça o fato de as pessoas estarem em constante movimento, mapeando possíveis instituições como potencializadoras de sua rede de assistência.

A partir do acompanhamento desses deslocamentos, que submetem os lugares e instituições ao movimento da rua, é possível afirmar que as pessoas percebem onde podem conseguir determinados objetos, alimentos, atendimento de diversas ordens, cadastros em benefícios, entre outros. A demanda dessas instituições é muito maior que os serviços por elas ofertados, fazendo com que a sobrecarga também seja atrelada ao fato de elas serem frequentadas por inúmeros sujeitos que acionam os serviços conforme cada necessidade surge, constituindo um itinerário conhecido e compartilhado por esses sujeitos.

5.3. A relação com os serviços especializados

A pesquisa também buscou compreender a relação das pessoas com as instituições de atendimento especializado, sejam filantrópicas ou estatais. Sem mencioná-las nominalmente, buscou-se compreender como as pessoas em situação de rua avaliavam, a partir das classificações entre pontos positivos e negativos, os diferentes atendimentos que receberam. Os resultados aqui apresentados não correspondem a um exame das instituições de maneira detalhada, em relação a como ofertam os serviços e realizam atendimentos.¹¹

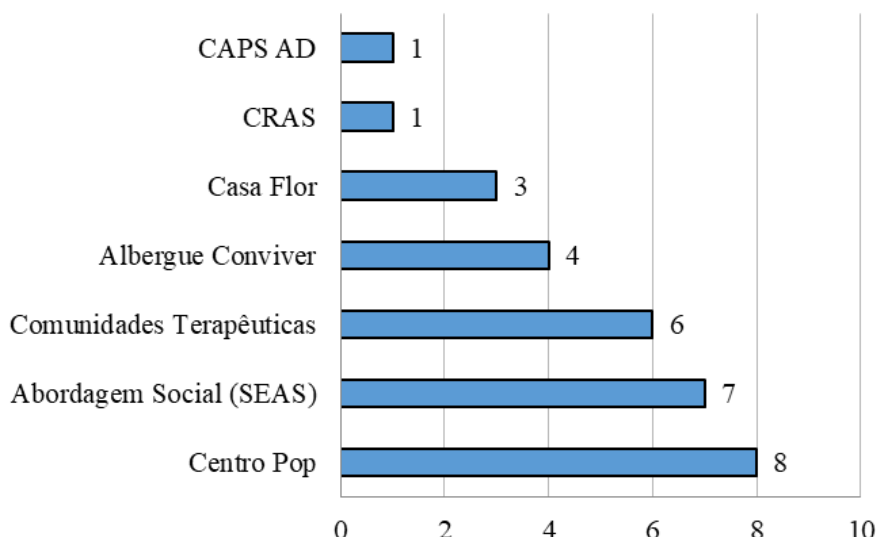
Em um olhar mais geral na relação entre pessoas em situação de rua e instituições, foi possível perceber que a interação e relação pessoal com os profissionais das instituições foram fundamentais para a classificação de suas percepções sobre o que seria positivo e negativo. As regras e as lógicas de convivência são fatores de peso, sejam em suas relações de atendimento pelas instituições ou na relação entre profissionais e usuários.

Se por um lado não é possível uma análise mais apurada para cada instituição, por outro, as falas das pessoas, quando separadas entre o atendimento que receberam em comunidades terapêuticas e demais atendimentos especializados são passíveis de serem consideradas. As comunidades terapêuticas, usualmente chamadas de “casas de recuperação”, eram corriqueiramente ponderadas em relação às regras existentes nesse tipo de atendimento.

Para fins de análise, as comunidades terapêuticas mencionadas serão consideradas de maneira agregada, sobretudo porque parte delas foram citadas sem nome, apenas como “casa de recuperação”. As pessoas relataram diferentes atendimentos especializados, sejam filantrópicos ou estatais. A Figura 30 elenca quantas vezes elas foram citadas pelas pessoas. Como algumas pessoas citaram mais de uma instituição, os números dizem respeito à quantidade de vezes que elas apareceram em suas falas.

¹¹ O Serviço de Abordagem Social (SEAS) era frequentemente descrito como “atendimento na rua” ou “assistência na rua”.

Figura 30 - Instituições de atendimento especializado citadas pelas pessoas entrevistadas



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Quanto às comunidades terapêuticas, parte significativa das pessoas apontava para um ponto positivo: boa relação com os profissionais, técnicos, psicólogos e a qualidade da alimentação. Como fatores negativos, estavam as regras abusivas, tais como trabalho forçado, horários rígidos, má relação com agentes de segurança e até mesmo a abstinência de cigarros e drogas. Essa última crítica diz respeito à principal função das instituições dessa natureza: buscar erradicar o consumo de substâncias químicas lícitas ou ilícitas. As pessoas que frisavam esse último ponto também alegavam a falta de flexibilização ou terapia que contemplasse a retirada do uso de substâncias de maneira gradativa e de forma menos abrupta.

Para citar alguns exemplos de críticas às comunidades terapêuticas, os Entrevistados 11 e 15 narram experiências em duas diferentes instituições. A Entrevistada 15 afirmou que saiu de uma comunidade terapêutica “porque não aguentei, porque não podia fumar, então saí fora!”. O Entrevistado 11 descreveu trabalhos forçados e grosserias por parte dos agentes de segurança como os principais incômodos que teve com a comunidade terapêutica:

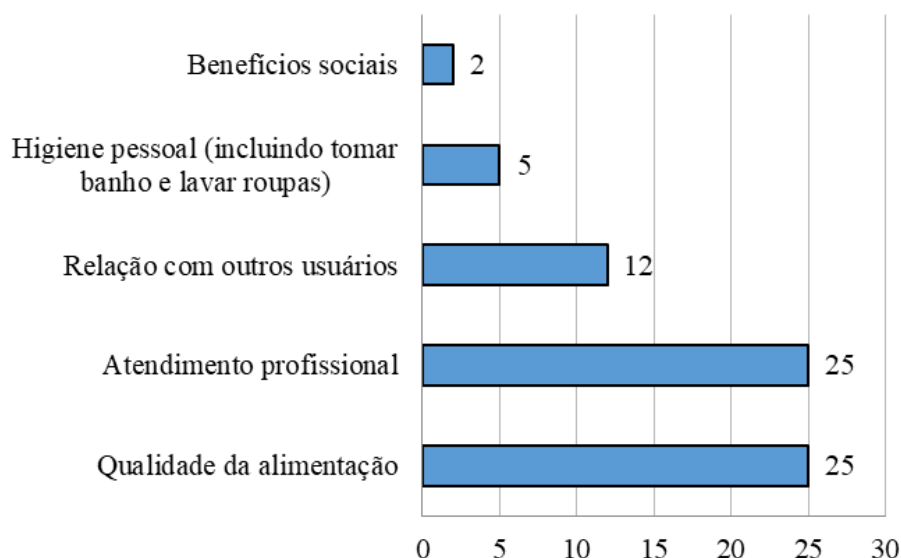
Um trabalho muito estranho, no sol quente [...] capinar. Exploração. [...] Às vezes, até os guardas que deveriam nos proteger nos tratavam de forma rude e grosseira (Entrevistado 11).

Para citar um exemplo que corrobora os que elogiaram o atendimento dos profissionais desses centros, o Entrevistado 10 descreveu como negativo o fato de “se sentir preso, pois não gosto de ficar preso”. Ele avaliava como positivas suas experiências de três meses em uma casa de recuperação:

Gostei do atendimento. Os profissionais me receberam muito bem. Tem as terapias psicológicas, e a gente sai até gordinho e bonitinho de lá (Entrevistado 10).

O Entrevistado 11 descreveu sua percepção sobre o Centro Pop do Plano Piloto como “a sensação de ser importante, de ter pessoas que se importam com você, que cuidam de você”. Considerando que as pessoas passaram por diferentes tipos de atendimento institucional, sejam estatais ou filantrópicos, a Figura 31 apresenta um quadro geral das respostas sobre os pontos positivos do atendimento especializado que receberam.

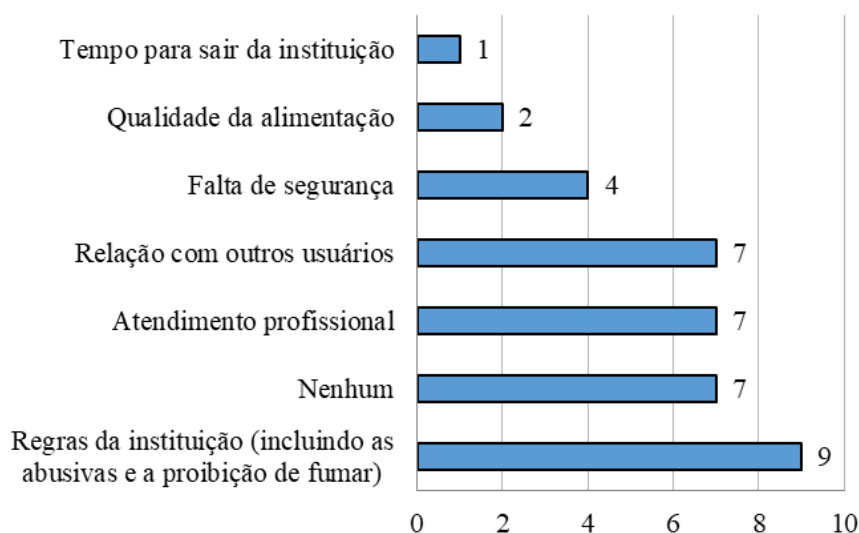
Figura 31 - Pontos positivos do atendimento institucional



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Entre as avaliações positivas que se destacaram, 31% dizem respeito ao atendimento profissional que receberam; 27% à qualidade da alimentação; e 18% aos benefícios sociais. A Figura 32 elenca os pontos negativos dos atendimentos.

Figura 32 - Pontos negativos do atendimento institucional



Fonte: IPEDF/UNFPA. Pesquisa sobre a população em situação de rua (2022)

Entre as pessoas entrevistadas, o atendimento profissional que receberam (18%) e as relações pessoais, interações com outros usuários ou pessoas em situação de rua atendidas (21%) foram fatores que se destacaram como pontos negativos.

Os atendimentos nos Centros Pop de Taguatinga e do Plano Piloto foram avaliados de forma muito semelhante, tendo como marcadores de avaliações positivas a “boa relação” e “bom atendimento” dos profissionais da instituição, com elogios à forma educada com que foram tratados - de modo semelhante ao atendimento que receberam nas ruas pelo Serviço

de Abordagem Social (SEAS). Como pontos negativos, aparecem “atendimento profissional”, que poderiam melhorar; e conflitos com outros usuários que frequentam as instituições relacionados a pequenos furtos e demais desentendimentos.

Quanto ao atendimento recebido, analisando um atendimento no Centro Pop de Taguatinga, o Entrevistado 19 elencou como ponto positivo:

“O ambiente ser limpo e seguro, de ter segurança”

- E os pontos negativos?

“Outras pessoas folgadas que vão lá [...]. Rola furto, também. Você tem que ficar ligado (Entrevistado 19).

A partir dessa avaliação sobre os pontos positivos e negativos da relação das pessoas em situação de rua com as instituições, foi possível aferir que as interações sociais são fatores expressivos na vida das pessoas. As relações com profissionais de diferentes áreas e instituições envolvidas, de forma direta ou indireta, são elementos que podem determinar a continuidade - ou não - da procura por serviço ou atendimentos naquelas instituições.

A Entrevistada 22 propôs a existência de um albergue que garanta formação intelectual, profissional e conquista de trabalho:

O governo tinha de ter mais projeto, né? Mais projeto, assim, para as pessoas que moram na rua. Porque muitas pessoas... não sei o caso dos outros, eu estou falando por mim, porque eu mesmo que fico na rua é porque eu não tenho um emprego. Um local, tipo, se eles fizessem assim tipo um albergue, aqui tem um albergue, mas no albergue eles só colocam as pessoas para dormir e pra se alimentar, lá não tem uma oficina, um curso, um trabalho para a pessoa fazer ali fixo. Eu acho, assim, se o governo pudesse fazer um albergue para a pessoa tá (*sic*) dormindo e lá mesmo a pessoa ter como trabalhar, como estudar, como se profissionalizar em alguma coisa que a pessoa já saiba fazer, talvez tivesse menos moradores de rua (Entrevistada 22).

As pessoas entrevistadas destacaram, inúmeras vezes, o desejo e a dificuldade em conseguirem empregos, seja pela aparência, ausência de formação, preconceitos diversos ou passagem pela polícia. Como a questão do trabalho é um fator constante no cotidiano das pessoas em situação de rua, é preciso encarar o desafio de um atendimento atrelado ao trabalho, à formação intelectual, produção e renda.

PARTE III

AS IMPLICAÇÕES DA PESQUISA

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

6.1. Algumas considerações analíticas

A partir de diferentes trajetórias de pessoas em situação de rua, foi possível perceber um conjunto de motivações, lógicas de circulação e formas de ocupação dos espaços urbanos. Espera-se que as informações reduzidas dessas etnografias contribuam com a temática sobre a habitação da rua e ao aperfeiçoamento das políticas públicas de atendimento especializado a essas pessoas, famílias e grupos sociais. Com as entrevistas, foi possível identificar algumas regularidades presentes em campo.

A primeira delas diz respeito às trajetórias das pessoas. Como esperado, são heterogêneas e desafiadoras até mesmo para os olhares mais acurados dos pesquisadores. Através dos relatos que prescindiram dessas trajetórias, fica claro que a inteligência da “bricolagem” que identifica esses sujeitos se manifesta não apenas nos índices materiais e adaptáveis da habitação da rua, como sustenta Kasper (2006). O “bricolar” também é fazer confundir os sinais de identificação (para os pesquisadores e para o Estado); é manifestar uma conformação subjetiva e emocional relacionada a uma origem, trajetória e valores que não são de fácil sintetização pelas pesquisas interdisciplinares.

Estar na rua não significa apenas estar em franca posição de apresentação e apelo ao meio societário, como no ato de “manguear” atenção, dinheiro ou comida. Mostrar-se como um corpo na rua, que vive dela e mora nela. A prova disso é que, por inúmeras vezes, esta pesquisa foi surpreendida com trajetórias de pessoas que, usualmente, não poderiam ser relacionadas ao mundo da rua habitada: são as trajetórias dos corpos deprimidos e cansados, dos filhos exilados do próprio lar, dos profissionais inadaptados ao destino legado pelas suas profissões. Assim como não é tarefa fácil promover reducionismos analíticos sobre quem são essas populações de rua, também não é fácil dispô-las na condição de alvos fáceis do intervencionismo de políticas públicas, embora seja necessário produzir tal esforço.

Outra questão analiticamente desafiadora é o fato de a relação entre casa e família se mostrar ambígua. Por um lado, há ausência da casa quando se olha para algumas trajetórias específicas nas ruas. Por outro, há pessoas que circulam por casas de amigos e familiares, além de existirem movimentos de famílias que acampam em barracas improvisadas e que, por vezes, realizam deslocamentos itinerantes e sazonais pelo território urbano.

Há, também, casuísticas que envolvem as trajetórias de pessoas que abandonaram as moradias por meio de aluguéis e buscam retornar esses tipos de moradia, ainda que em forma de planejamento. Existe a incursão à rua apenas como meio de obtenção de recursos e renda. Assim, as casas e as barracas estão envolvidas nessa ampla e criativa movimentação de pessoas, grupos e famílias, em uma dinâmica complexa de habitação.

Embora as barracas improvisadas e as de camping não sejam casas, não deixam de ser formas improvisadas de habitação; uma improvisação em que as condições materiais acabam se confundindo com o direito individual e profundo de se construir um lar, um lugar de pertencimento, independente da precariedade.

O lar, nessa perspectiva, é entendido como uma vantagem dada a poucos de criar casas como uma coisa sua, parecida consigo, e que envolve toda uma “fenomenologia do sonho da habitação” feita por, de e para mim (CLAVEL, 2015). No Distrito Federal, com a questão antiga e aparentemente sem solução do déficit habitacional, a rua, por mais estranha que seja, dá o direito a certas pessoas de serem realizadoras ideacionais e concretas de um “meu lugar”.

Em muitas dessas situações, a casa – física, estática pelo seu endereço – não deixa de ser uma referência importante para alguns moradores de rua, já que esta é acionada, vez ou outra, para concretizar cadastros em instituições, contatos de emergência com familiares e cuidados pessoais esporádicos: banhos, trocas de roupas, renovação dos afetos a parentes, deposição de bens, entre outros.

As idas constantes (em períodos curtos ou longos) à casa de familiares, ou encontros com esses em espaços públicos indica a importância da casa (em diferentes sentidos) para o modo de vida desses sujeitos. Esta pesquisa buscou trilhar os muitos sentidos da casa para as pessoas em situação de rua no Distrito Federal, levando em consideração a constante circulação entre casa e rua, as redes de solidariedade existentes e as distintas significações que os espaços entendidos como “casa” podem assumir para esses atores sociais. Assim, somente pesquisas periódicas poderiam traçar estratégia, na forma de acompanhamento assistencial, que possibilite adequação às abordagens sociais, políticas, econômicas e científicas sobre a temática.

Os dados etnográficos do terceiro capítulo fazem perceber que abordagens públicas humanitárias a esses sujeitos não devem perguntar-lhes “onde está sua casa?”, ou “onde você morava antes?” E por que não volta para lá?”, como inquirições assistenciais que parecem ansiar que aqueles retornem às suas “origens”, “ao ponto de onde saíram”. É preciso lembrar que muitas das abordagens violentas que acometem esses moradores por parte da sociedade do entorno são feitas de ansiedades como essa: o nome “vagabundo” que alcunha o morador de rua – e que é bradado da janela de um carro por um motorista qualquer – está cheio dessa ansiedade pouco informada pelo retorno do outro ao seu lugar.

As políticas públicas não podem replicar o senso comum na abordagem assistencial desses sujeitos. A casa “original” – o lar da primeira ou das várias dispersões de retorno à rua – deve ser perguntado a esses atores a fim de se considerar seus significados e das redes afetivas que podem ou não os sustentar no mundo. Se os itinerários narrativos dessas vidas levam o morador de rua até a casa de uma irmã, por exemplo, onde ele busca cobertor, banho e afeto vez ou outra, daí, sim, talvez seja possível – dentro de uma abordagem assistencial social ou psíquica especializada – compreender e realinhar tais vínculos sensíveis.

São amplas as conexões possíveis entre pessoas, ruas e suas casas afetivas. A grande Brasília – com o seu aumento populacional progressivo (PATRIOTA DE MOURA, 2012:212) – se apresenta por meio de movimentações de pessoas que ocorrem tanto no nível intensivo casa-rua-casa – de pessoas vivendo temporadas em endereços fixos seguidas de temporadas deambulando pelos logradouros –, quanto em um nível dispersivo ampliado, que transpõe o entorno do Distrito Federal e alcança outros estados.

Há, no geral, uma associação direta do senso comum entre relações sociais e fixidez. Há movimentos e sociabilidades sem um ponto fixo. Contudo, os espaços públicos

não deixam de contribuir para regularidades de práticas específicas em pontos também específicos, onde ocorrem constantes cruzamentos de trajetórias, sociabilidades, criando territórios com circuitos mais ou menos delimitados. Além do mais, se é possível construir relações sociais em constante movimento, significa dizer que as pessoas em situação de rua não estão condenadas a perderem seus vínculos sociais apenas por vivem nas ruas. Se por um lado, há afastamento, ou até mesmo rompimento de antigos vínculos, por outro, há também construção de novos vínculos sociais, sobretudo afetivos, além dos conflituosos. A rua é espaço de intensa interação social, com probabilidade de mais conexões a cada movimento, seja com mais pessoas em situação de rua, com moradores da região, com demais trabalhadores das quadras ou com transeuntes.

As trajetórias das pessoas estão envolvidas em uma rede de circulação por espaços e instituições de atendimento especializado, seja filantrópicas ou estatais, assim como conexões com equipamentos urbanos estratégicos que possibilitam conseguir recursos financeiros e demais objetos para uso no cotidiano. As circulações de forma compartilhada podem gerar circuitos delimitados nos espaços urbanos que são de iguais modos compartilhados pelos sujeitos. As relações com territórios também estão atreladas aos usos de entorpecentes. Parte significativa dos conflitos cotidianos das pessoas nos espaços diz respeito a esse tipo de interação.

Os territórios de rua criam dinâmicas próprias de sociabilidades, criativas relações econômicas e bricolagens feitas do e com o espaço habitado. A improvisação acabava caracterizando o lugar, reconfigurando o cenário urbano, criando rotinas em determinadas áreas, quando essas são utilizadas para usos específicos por aquela população; por exemplo: a Praça do Relógio, que é identificada por muitos moradores como local de aquisição de drogas, ou a Rodoviária do Plano e o Centro de Ceilândia. Assim sendo, a vida na rua é uma forma diferente de viver daquelas apresentadas por padrões comportamentais e de “governança e tecnologia de si” que são constantemente reafirmadas como um modelo a ser replicado (FOUCAULT, 2009; DE CERTEAU, 2012).

Inversamente à biopolítica dos corpos – em que o Estado é transferido como conduta da vida íntima incorporada –, nas ruas, muitas pessoas manifestam habilidades para recriar uma nova ordem das coisas, uma nova e particular gerência de si: do seu tempo, do seu espaço, das suas crenças e relações; mudanças que também se refletem nos modos de experienciar e de criar com a cidade.

A rua é um espaço passível de habitação ao mesmo tempo em que é reconhecida por exercer outras funções, tais como trabalho, passagem etc. As pessoas em situação de rua possuem conhecimento das várias facetas da utilização da rua, que inclui, dentre elas, clareza das possibilidades de sua utilização como espaço de habitação. Os sujeitos apresentaram uma gerência criativa para sua mobilidade pessoal; valor que consideravam indispensável para seus modos de vida. A rua também acampa alternativas às urgências íntimas de reinventar possibilidades de viver frente às suas dificuldades pessoais, dores, dilemas, traumas, vícios, perdas, entre outros fatores.

6.2. Perspectivas das pessoas em situação de rua

A maioria das pessoas em situação de rua investe em algum tipo de projeto ou desejo de saída da rua. Por isso, é preciso que exista planejamento por parte das instituições especializadas a fim de que essas perspectivas sejam assistidas caso a caso pelo Estado, como corpo assistencial. Há inúmeros relatos sobre anseios por uma vida com mais qualidade de trabalho, alimentação e moradia. As pessoas conjecturam possibilidades para a melhoria de suas vidas, mas sabem que dependerão de meios materiais para que essa realidade seja alcançada.

A saída da condição de rua é sempre decorrente de uma tarefa relacional que, no limite, é garantida pela existência de um segundo território socioafetivo que reintegre tais indivíduos primeiro como pessoas – como uns agentes morais que pertencem e são identificados por um coletivo de acolhimento – e segundo pelas condições materiais que se correspondam, minimamente, com os anseios pessoais desses indivíduos. Tais anseios têm manifestações em narrativas como “planejar a gente planeja, mas não se sabe exatamente quando. Só Deus pra saber” (Entrevistado 19), ou “eu penso em ter minha casa, meu canto. Mas, para ter casa, eu preciso de um emprego” (Entrevistada 26).

Nesse contexto, os planos pessoais para a saída da rua não deixam de se relacionar com a dimensão do trabalho, estudo e qualificação como meios garantidores dessa mudança. Dos 34 interlocutores que a pesquisa ouviu, apenas um disse que não teria a intenção de sair da rua no futuro. Embora as pessoas exerçam formas muito dinâmicas e desafiadoras para os padrões estatais de gerência dos espaços – sobretudo na divisão pública e privada desses, reinventando formas criativas de viver nas ruas –, há um anseio por fazer parte das normas de trabalho, renda e moradia reafirmadas pela sociedade como modelos a serem seguidos. As pessoas agem dentro de um conjunto de possibilidades que lhes são apresentadas como meio de sobrevivência frente aos desafios psicológicos, familiares, de dependência química, degradação do trabalho, sobrevivência econômica, traumas, dores; relações causais que têm imbricações de diferentes ordens na conformação sócio-subjetiva desses atores.

Se existem complexidades que configuram a entrada e permanência das pessoas nas ruas, elas também estão presentes nos mecanismos que levam as pessoas a saírem da situação de rua, visto que a trajetória de cada indivíduo deve ser levada em consideração. As possibilidades de acompanhamento médico, psicológico, familiar, de formação intelectual, profissional, garantias de direitos, acompanhamento jurídico, moradia e renda devem estar atreladas às ações queensem essa população como foco de intervenção de políticas públicas. As instituições não-estatais que buscam proporcionar atendimentos especializados à população de rua devem, da mesma forma, seguir as orientações das políticas públicas nacionais e distritais para a população de rua, sob o risco de disparidades entre os procedimentos assistenciais que, ao invés de garantirem resultados positivos, farão indesejavelmente da política assistencial uma fonte de ressentimentos sociais, inclusive bloqueando o interesse ao acesso pelos benefícios por parte dos moradores de rua.

Assim, é esperado que as políticas de amparo assistencial se convertam em ações e tecnologias de planificação, incentivo à adesão e difusão de práticas institucionais de governo entre agentes não-públicos que podem ser parceiros das ações, como congregações filantrópicas, organizações de bairro, ONGs, entre outras. Junto a essas, também não cabe apenas a descentralização unilateral de recursos, como comumente é feito pelas secretarias. É preciso a pactuação em torno de inteligências e sensibilidades assistenciais bem-sucedidas, a garantia da reprodução de habilidades técnicas que melhor aproximam as pessoas das suas alternativas de saída da rua ou de encontro com formas menos desumanas da experiência de moradia na rua.

A depender da conjuntura social, política e econômica do país, essas complexidades se aprofundarão, exigindo que as demandas por políticas públicas se aperfeiçoem, ampliem e criem mecanismos capazes de contemplar esse conjunto dinâmico e inconstante da habitação da rua enquanto fenômeno social. As políticas e seus operadores também devem ser maleáveis às correntes de eventos que distribuem seus efeitos demográficos de forma estruturante: as crises agudas e sazonais do emprego e das habitações, as crises sanitárias, os estouros migratórios repentinos em decorrência de catástrofes ambientais e climáticas devem ser levadas em consideração quando da inauguração ou reavaliação de dispositivos de governo.

6.3. Implicações para o atendimento especializado

A Ceilândia – com população estimada em mais de 443 mil habitantes, a maior Região administrativa do Distrito Federal, seguindo os exemplos de Taguatinga e Plano Piloto – precisa da criação de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), assim como ampliação do quadro de profissionais para o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); visto que esta pesquisa aponta essa Região Administrativa como a que apresentou maior número de pessoas carentes desses serviços.

Além de assistir à população em situação de rua da região, a nova unidade de atendimento especializado em Ceilândia desafogaria os centros de Taguatinga e Plano Piloto. Como o número de pessoas em situação de rua está aumentando e com os centros atuais com capacidade de atendimento diária de 100 e 150 pessoas, respectivamente, torna-se urgente a criação da unidade de Ceilândia. Outros pontos de apoio para a higiene pessoal, assim como a criação de unidades de banheiros públicos especializados e a ampliação do número de restaurantes populares também devem prestar um apoio indireto aos Centros Pop, já que existem pessoas que frequentam a instituição cotidianamente para realizar sua higiene pessoal e alimentação.

Prestar assistência básica aos moradores de rua não significa estender, na direção deles, uma forma de conforto continuado que acabará, indesejavelmente, aprofundando seus vínculos com a rua. A relação entre essas biografias e a habitação da rua também está encarnada na condição da indigência e do furto do direito à vida e à consciência de si que a fome, o vício, a doença física e psíquica aprofundam e impõem aos sujeitos. Produzir escuta e tratar individualmente tais mazelas significa ampliar alternativas de superação da vida na rua.

É preciso garantir a ampliação dos limites de alcance do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) para além dos “territórios de rua”, visto que há pessoas em situação de rua distantes desses espaços conhecidos. A pesquisa também aponta para o desafio de um atendimento mais especializado quanto ao local, idade, tempo de rua e trajetória individual. As pessoas com maior e menor tempo de rua devem receber atendimentos distintos. É preciso atenção à diversidade de motivações e causas que condicionam a entrada das pessoas na rua, pois o tempo e espaço agem significativamente naquelas que estão adentrando os espaços públicos como forma de moradia e os que há muito se mantêm nas trajetórias de rua.

Visto que a interação é um fator significativo na vida social, sobretudo na relação com pessoas em situação de rua que carregam trajetórias complexas e sensíveis, é preciso que haja capacitação e treinamento contínuo dos profissionais que atuam no atendimento desse público-alvo. Os terminais rodoviários da cidade, especialmente as rodoviárias interestadual e a do Plano Piloto precisam contar com equipes especializadas para orientação e apoio às pessoas que desejam retornar aos seus municípios de origem ou que queiram reaver contato com familiares e amigos. Para muitos casos, uma passagem de regresso ao lar, um telefonema dado a um amigo ou a um parente, uma refeição, uma conversa ou mesmo um emprego garantido possuem equivalências que podem fazer toda a diferença para uma história de vida. Por isso, não são os montantes dos valores públicos empregados que contam na efetividade e eficiência de uma política pública, mas a sincronização entre a proporção e natureza do fenômeno social que se quer compreender e solucionar e as sensibilidades adaptadas a ele.

Nesse sentido, é preciso que haja incentivo à abertura de cotas para pessoas em situação de rua em empresas, públicas e privadas, sobretudo para aquelas que estão há mais tempo em situação de rua, o que torna ainda mais complexo a possibilidade de

trabalho frente a um contexto de acirramento competitivo pelo trabalho. É preciso, também, incentivar a criação de mais cooperativas para que pessoas em situação de rua que coletam material reciclável tenham melhores condições de trabalho, renda e direitos e que, assim, isolem a rua como única alternativa de moradia ou projetam-se para fora de tal realidade. As discussões sobre programas e serviços voltados para pessoas em situação de rua devem ser travadas conjuntamente com elas, para que as políticas públicas avancem no sentido de adaptar estratégias que consigam alcançar resultados dentro de demandas heterogêneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos**. São Paulo: Global Editora, 1983.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.053/2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, 23 dez. 2009.
- BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**. Brasília, 2008.
- CALAF, Priscila Pinto. **Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- CARVALHO, Maria Avelina de. **Tô vivu - histórias dos meninos de rua**. Cegraf - UFG - Goiânia. 1989.
- CLAVEL, Maïté. Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar. **Antropolítica**, n. 38, p. 147-167, 2015.
- CORDEIRO, Alex S. L. 2015. 2018. **Fazer família e cidade na habitação da rua: Brasília em suas múltiplas habitabilidades**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, da Universidade de Brasília (UnB).
- DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis: Vozes, 1987.
- DOMINGUES JUNIOR, Paulo L.; **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. 1. Ed. São Paulo: Loyola, 2003. 121 p.
- FERRAZ, Ana L. M. C. **Morar na Praça Pública: redes e fluxos entre habitantes de rua**. Crítica e Sociedade, v. 2, n. 2, pp. 22-41. 2012.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua**. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz e CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, IBREX. 1979.
- FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. 1999.
- FOUCAULT, Michel. "A cultura de si". In: **História da Sexualidade**, 3: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. pp. 43-73.
- _____. **História da sexualidade**. O cuidado de si. Graal. 10ª reimpressão. São Paulo. 2009.
- FRANGELLA, S.M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese (doutorado em ciências sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

GATTI, Bruna Papaiz; PEREIRA, Camila Potyara (Orgs.). **PROJETO RENOVANDO A CIDADANIA**. Pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

JABUR, Pedro de Andrade Calil. **Cozinhando a céu aberto**: relatos de vida de moradores de rua em Brasília. Soc. e Cult., Goiânia, v. 18, n. 1, p. 79-89, jan./jun. 2015.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a Rua**. Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas, 2006. 225p.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003. 240 p.

LEITE, Lígia Costa. **Os meninos de rua na Escola Tia Ciata**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1991.

LEMÕES, Tiago. **A família a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. Editora: Novas Edições Acadêmicas. 2013.

LOBO, Andréa de Souza. **A Família em Cabo Verde**. Uma perspectiva Antropológica. Revista de Estudo Cabo-Verdianos, v. 4, p. 99-114, 2012.

LOBO, Andréa de Souza. **Tão Longe Tão Perto**. Famílias e "movimentos" na Ilha de Boa Vista de Cabo Verde. Edição revista. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.

LOBO, Andréa de Souza. **Vidas em Movimento**. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: J. B. DIAS, & A. d. LOBO, África em Movimento (pp. 65-83). Brasília: ABA Publicações, 2012.

MAGNANI, José Guilherme C. "Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos." **Anuário antropológico** 2012/II. Dezembro de 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, junho/ 2002.

MAGNANI, José Guilherme C. **Mystica urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na cidade. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

MAGNI, C.T. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1994.

MAGNI, C.T. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 109 p.

MARTINEZ, Mariana Medina. **A realidade do mundão**: uma narrativa sobre a sociedade e a produção da desigualdade. Revista Campos, 2011.

MARTINEZ, Mariana Medina. **Andando e parando pelos trechos**: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. UFSC, São Carlos, 2011.

MARTINEZ, Mariana Medina. **Deslocando olhares**, pensando o uso de drogas sob a perspectiva de quem vive na rua. 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. **Mendigo**: o trabalhador que não deu certo. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro, SBPC, 1983. (Vol. 3: 15-27).

NEVES, Delma Pessanha. **Categorizações Deformantes**: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). Antropolítica (UFF), v. 29, p. 11-35, 2010.

OLIVEIRA, Luciano M. F. (2012). **Circulação e Fixação**: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. São Carlos, 2012. 148p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. O urbano e suas múltiplas dimensões. *In*: PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (Org.). **Anuário Antropológico**/2012, Brasília, UnB, 2013, v. 38, n. 2, pp. 915.
- PEIRANO, Mariza. “Etnografia não é método”. *In*: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014, p. 377-391.
- PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1995. 162 p.
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Mendicância, uma estratégia de sobrevivência**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco, 1988.
- ROMANO, Patrícia. **Moradores de rua** - Uma trajetória de lutas, desafios, e ruptura de seus vínculos sociais com o mundo do trabalho e o da esfera familiar. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, UniFMU, São Paulo, 2001.
- RUI, T. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado), IFCH-Unicamp, 2012.
- TAUSSIG, M. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.
- SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. “A Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais”. *In*: **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1ª ed. Didática Editora do Brasil. Belo Horizonte - MG, 2012. pp. 11-26.
- SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos [Tradução: Ângela Melin]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SILVA, Hélio. R. S; MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio Fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 144 p.
- SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. “Ao encontro do menino de rua”. *In*: **PUC-Ciência**, Revista de Divulgação da PUC-RIO, nº 5, 1990.
- STOFELLS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TRAJANO-FILHO, Wilson. **Território e idade**: ancoradouros do pertencimento nas manjuandadis da Guiné-Bissau. *In*: Lugares, pessoas e grupos: as lógicas de pertencimento em perspectiva internacional. 2ª ed. Brasília, ABA publicações, 2012. pp. 227-257.
- VELHO, O. G. (Org.) (1979). **O fenômeno urbano** - Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VELHO, O. G. “Projeto, emoção e orientação”. *In*: **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8. Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. p. 13-40.
- VELHO, O. G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2003.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br